



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade Independência Competência

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

**EXERCÍCIO ECONÓMICO
ANO 2021**



Sede

Rua do Salitre, nº 51/53 | 1250-198 Lisboa
Telefone(+351) 213 536 158 | Fax(+351) 213 536 149
geral@oroc.pt

Serviços Regionais do Norte

Av. da Boavista, nº 3477/3521 2º andar | 4100-139 Porto
Telefone(+351) 226 168 117 | Fax(+351) 226 102 158



Mensagem do Bastonário

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos seus profissionais, cabe à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, no quadro da sua missão e valores, desenvolver a sua atividade com integridade, independência e competência, como referência de transparência, fiabilidade e credibilidade.

O exercício de 2021, foi o primeiro de atividade desenvolvida sob a responsabilidade do Conselho Diretivo a que presido, pelo que este relatório é elaborado com base no plano de atividades e de gestão que delineamos para este primeiro ano de mandato.

O ano de 2021 foi um ano extremamente exigente para este Conselho Diretivo e para a Ordem dos Revisores, muito em particular pela necessária reestruturação interna dos serviços, a melhoria dos procedimentos internos, a introdução e formação de novos recursos, a par da continuidade dos serviços prestados ainda com maior qualidade e rigor, e o início de outras atividades, dentro daquilo que o contexto em ano de pandemia nos permitiu.

Registo o empenho e resiliência de todos os funcionários e colaboradores da Ordem, que com elevado grau de responsabilidade rapidamente se adaptaram a nova equipa diretiva, melhorando indubitavelmente o serviço que tem prestado aos membros desta Ordem.



Este trabalho ímpar, tem sido realizado, com muito sacrifício pessoal, não só dos membros do Conselho Diretivo que comigo assumiram este desafio, mas também dos funcionários e colaboradores da Ordem, dos membros dos Órgãos Sociais e Comissões várias, mas também por todos os revisores e auditores que conosco tem colaborado em prol da nossa Ordem.

Acreditamos que com o compromisso de todos, estamos no caminho certo para prosseguir a nossa missão de ter uma Ordem mais proativa, mais presente, mais respeitada e com uma voz forte e única na defesa da profissão. E no ano de 2021 começamos a recolocar a Ordem no caminho da notoriedade que pretendemos para repor o prestígio da profissão.

Em relação às contas, 2021 fica patente e sem margem para dúvidas, o enorme trabalho que tem sido desenvolvido, desde o controlo de gastos ao cumprimento das regras de contratação pública, acima de tudo assente no princípio da transparência em toda a atividade desenvolvida.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma instituição financeiramente saudável, transparente e credível, com um saldo de tesouraria que muito nos orgulha, mantendo e melhorando dia após dia o serviço prestado aos seus membros.

Temos hoje resultados visíveis, objetivos atingidos e uma estratégia transparente.

O trabalho continua em 2022, de tempos igualmente exigentes, com elevados desafios, que encaramos com muita confiança e determinação em prol do exercício de excelência da nossa profissão.

Fernando Virgílio Macedo

Bastonário



ÍNDICE

MENSAGEM DO BASTONÁRIO.....	2
1. NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
2. ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	6
3. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
4. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS	29
5. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	31
6. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO.....	32
7. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	33
8. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	40
9. PERSPETIVAS FUTURAS	44
10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	45
11. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	46
ANEXO I – CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	
ANEXO II – RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2021

1 | NOTA INTRODUTÓRIA

O Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) apresenta o seu Relatório de Gestão e Contas de 2021, o qual inclui as principais atividades desenvolvidas pela OROC (adiante “Ordem”) ao longo do ano de 2021, evidenciando as decisões tomadas, caracterizando as ações e atividades desenvolvidas e apresentando, ainda, a organização interna da Ordem, os indicadores de gestão mais relevantes, bem como as demonstrações financeiras, a Certificação Legal das Contas e o parecer do Conselho Fiscal.

De acordo com o disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7.9 alterado pela Lei n.º 99-A/2021 de 31.12, vem submeter o presente Relatório à apreciação do Conselho Fiscal e à apreciação e deliberação da Assembleia Representativa.

A prestação de contas é um momento crucial na atividade da Ordem enquanto associação pública profissional, sendo o presente relatório um elemento relevante dessa prestação, também concretizada através da atividade desenvolvida ao longo do ano em todos os aspetos relacionados com a profissão de Revisor Oficial de Contas.



Handwritten initials and a circle in blue ink.

2 | ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos termos do artº. 12º do EOROC, sintetizamos a atividade desenvolvida pelos órgãos sociais da Ordem, no âmbito das suas competências, nomeadamente:

a) Assembleia Representativa

Ao longo do ano de 2021, a Assembleia Representativa da Ordem reuniu nas seguintes datas:

- 18 de fevereiro para eleição dos membros da mesa da Assembleia, para apreciação e deliberação das compensações a atribuir pelo exercício efetivo de funções nos órgãos da Ordem para o exercício de 2021, para apreciação e deliberação da proposta sobre o montante das quotas e as taxas e emolumentos a cobrar por serviços prestados para o exercício de 2021, e para apreciação e votação do Plano de Atividades e o Orçamento para o exercício de 2021;
- 16 de abril para discussão e aprovação do relatório de atividades e as contas do exercício de 2020, tendo em conta o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, para discutir e votar a proposta do Conselho Diretivo de aplicação dos resultados contida no relatório e para apreciar a atividade e desempenho dos órgãos sociais;
- 15 de dezembro para discussão e votação da autorização de alienação dos imóveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sitos na Rua Ivone Silva n.26, 6.-A, 6-B e 6-C sitos em Lisboa, para discussão e votação das Obras de Remodelação do Edifício Sede, para discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento do Conselho Diretivo da Ordem para o ano de 2022.



82 k a
2 a

b) Conselho Superior

Ao longo do ano de 2021, o Conselho Superior da Ordem reuniu em fevereiro e em dezembro para dar parecer relativo a toda a atividade desenvolvida pelo Conselho Diretivo no âmbito da sua competência.

c) Bastonário

O Bastonário presidiu ao Conselho Diretivo, representou a Ordem em várias instâncias e eventos, dirigiu os seus serviços e assegurou a direção da revista Revisores E Auditores, tendo ainda exercido as demais competências que a lei e os regulamentos lhe conferem.

d) Conselho Diretivo

Durante o ano de 2021, o Conselho Diretivo reuniu quinzenalmente mantendo maioritariamente as reuniões em modelo híbrido face às condicionantes pandémicas. Aos membros do Conselho Diretivo estão atribuídas funções de coordenação das diversas atividades da Ordem as quais se descrevem neste relatório.

e) Conselho Disciplinar

A atividade desenvolvida pelo Conselho Disciplinar é apresentada em ponto próprio do relatório (ponto 3.9.).

f) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal apresenta a sua atividade em documento próprio (Anexo II).



sk
Q

2

3 | ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

No âmbito das suas atribuições, a OROC desenvolve diferentes atividades, nomeadamente na vertente técnica, da formação, da qualificação e do acesso à atividade profissional, do controlo e supervisão da atividade, da administração e finanças, da assessoria jurídica, das relações internacionais e questões éticas, resumidas no documento que aqui se apresenta.

3.1 QUALIFICAÇÃO E ATIVIDADE

No quadro seguinte apresentamos uma síntese do número de ROC inscritos, ao longo dos últimos anos. Comparativamente com o ano de 2020, regista-se uma redução líquida referida de 1 membro, que corresponde ao aumento de 25 ROC's nos ROC sem atividade e menos 26 nos ROC's com atividade:

ROC	2021	2020	Variação 2021/2020	
			N.º	%
Com atividade	886	912	-26	-2,8%
A título individual	178	197	-19	-9,3%
Sob contrato de prestação de serviços	58	70	-12	-15,8%
Como sócios de SROC	650	645	5	0,8%
Sem atividade	637	612	25	4,3%
Suspensos	151	149	2	1,4%
Não suspensos	486	463	23	5,3%
Total	1523	1524	-1	-0,1%

Esta redução líquida de 1 ROC, reflete o efeito conjugado da admissão de 31 novos membros, do cancelamento de 22 inscrições e do falecimento de 10 membros.



Se K A
Z

A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) é apresentada no quadro seguinte:

SROC	2021	2020	Variação 2021/2020	
			N.º	%
Número de sociedades	193	187	6	3,2%

Quanto à distribuição do número de ROC inscritos por género, por escalão etário, pode mostrar-se de seguida:

Género	Idade <39	Idade 40-49	Idade 50-59	Idade 60-69	Idade >70	Total
Por género - unidades						
Masculino	80	362	189	211	222	1064
Feminino	48	253	120	28	10	459
Total	128	615	309	239	232	1523
Peso do género - em %, em cada escalão						
Masculino	63%	59%	61%	88%	96%	70%
Feminino	38%	41%	39%	12%	4%	30%

Este quadro mostra que à medida que o escalão etário reduz o número de ROC do género feminino cresce, sendo o total fortemente influenciado pelos escalões dos maiores de 60 anos.

3.2 ATIVIDADE PROFISSIONAL

A plataforma de comunicação entre os Revisores e a Ordem é um instrumento essencial para assegurar o cumprimento das obrigações inerentes às comunicações de início e cessação de funções de interesse público.

De igual modo, esta plataforma é um instrumento essencial para a consulta permanente da informação registada na Ordem, tendo por objetivo um controlo de atividade na Ordem mais proactivo em todas as suas vertentes.



Handwritten notes in blue ink: 'f', 'a', 'se', and 'z'.

Para este efeito, no decurso de 2021, foi solicitado a atualização dos dados constantes da plataforma, contando com a colaboração da generalidade dos ROC/SROC envolvidos neste processo. No entanto, dado que a sua atualização deverá ser feita de forma permanente, necessitamos do estrito cumprimento da obrigatoriedade desta atualização por todos, para que este processo, essencial para a Ordem, se mantenha atualizado e permita, assim, um adequado controlo sobre a atividade profissional, bem como sobre o mercado de auditoria/revisão de contas. Este processo continuará a ser monitorizado pelos serviços correspondentes da Ordem.

Também no âmbito da área da atividade profissional, foi reiniciado em 2021 o trabalho com o objetivo de identificação de entidades que, estando obrigadas a dispor de contas certificadas por um ROC / SROC, não constavam nos registos da Ordem a sua identificação. Este trabalho foi efetuado com base nos registos existentes na Ordem. Foram enviadas mais de 2.000 cartas / comunicações e muitas das situações que não estavam em conformidade foram ajustadas. Ainda existem inúmeras situações e entidades a serem monitorizadas por forma a se verificar a situação em concreto ou a resolução da não conformidade.

Também com este objetivo, a Ordem iniciou em 2021 contatos com a Secretária do Estado e dos Assuntos Fiscais e com outros membros do Governo, bem como com o Instituto dos Registo e Notariado, procurando sensibilizar os mesmos para que as situações nefastas decorrentes dos incumprimentos que se verificam a este nível, procurando-se ainda adotar outras medidas legalmente previstas para que estes tipos de incumprimento sejam sanados. Será também essencial envolver, no seguimento dos contatos efetuados, a Autoridade Tributária.

É essencial a colaboração de todos os ROC/SROC na identificação de entidades que estejam obrigadas a possuir contas certificadas por um ROC/SROC e que não possuem contrato. A Ordem dentro das suas competências intervirá sempre na interação com estas entidades na medida das suas capacidades.

Ainda no âmbito do controlo da atividade profissional foram requeridas ou obtidas diversas informações para diferentes propósitos: relatório e contas das



820
2

sociedades de revisores de contas, informação sobre detalhe de rendimentos das sociedades de revisores de contas e revisores oficiais de contas, colaboradores das sociedades de revisores oficiais de contas e revisores oficiais de contas, relatórios de transparência das sociedades de revisores de contas com Entidades de Interesse Público.

Por fim, é de salientar a colaboração de diversos serviços da Ordem para atualização do CRM da OROC com informação sobre a área da formação, de processos disciplinares e respetivo cadastro, do controlo de qualidade, sobre a idoneidade, sobre as atualizações da inscrição, entre outras, essencial ao controlo da atividade profissional.

Em 2021 foram também simplificados alguns procedimentos, e em 2022 continuaremos com o objetivo de maior proximidade e celeridade no exercício desta atividade de controlo de atividade, para o qual contamos com a colaboração de todos os revisores de contas.

Ao nível do controlo da Atividade Profissional deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento de outras ações enquadradas nesta área, nomeadamente:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica e eletrónica em detrimento da presencial;
- Emissão de declarações ou ofícios conforme solicitado ou necessário nas circunstâncias;
- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estes possam estar, direta ou indiretamente, relacionados, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços



sk
a
z

que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;

- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

3.3 COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

À Comissão de Inscrição, de entre as suas funções, compete verificar a regularidade e o preenchimento dos requisitos de inscrição na Ordem, em estrita observância das disposições previstas no EOROC e no Regulamento de Exame e Inscrição (REI), para o acesso e o exercício da profissão e respetiva divulgação no registo público. Para o efeito a Comissão de Inscrição conta com assessoria jurídica específica para análise dos requerimentos de inscrição e registo dos ROC e SROC e para prestar apoio aos membros da Ordem.

Durante o ano de 2021, não obstante os constrangimentos ainda associados à pandemia, a Comissão de Inscrição e os serviços procuraram dar resposta e apoio atempado aos pedidos endereçados. Conscientes da relevância que representa aos seus membros, a Ordem reforçou o apoio administrativo junto da Comissão de Inscrição.

Do trabalho desenvolvido, destacamos a instrução dos processos administrativos e respetivas deliberações, de ROC e SROC, e o procedimento de aferição de idoneidade.

A Comissão de Inscrição realizou, por via telemática, 14 reuniões ordinárias, no sentido de deliberar em tempo útil aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e a análise dos processos e dos contratos de prestação de serviços ao abrigo do artigo 49.º do EOROC submetidos para apreciação pelos serviços



Se
Or
2

administrativos e com o apoio da assessoria jurídica desta Comissão, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer a alterações aos registos existentes, na sua maioria resultantes das múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

A inscrição e as alterações na atividade dos ROC e SROC foram objeto de atualização, aquando da sua aprovação definitiva, nas Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, no sítio da Ordem na *Internet*.

Foi igualmente assegurada a continuidade da articulação com o Departamento de Supervisão e Auditoria da CMVM quanto ao modelo de comunicação das deliberações em sede da Comissão de Inscrição de modo a garantir o cumprimento das disposições legais, bem como a resposta aos pedidos de esclarecimento endereçados à Comissão.

3.4 EXAME

O exame é composto por quatro provas escritas e uma oral, e visa garantir que todos os membros que venham a ter acesso à profissão de ROC possuam os conhecimentos adequados nas matérias definidas no artigo 8.º da Diretiva n.º 2014/56/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, transposta para o ordenamento jurídico nacional pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (EOROC).

Em conformidade com o EOROC e o REI aplicável à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo respondido aos diversos pedidos de informação e a requerimentos que lhe foram endereçados relacionados com o exame e os requisitos de admissão à Ordem.



Realizaram-se em 2021 as quatro provas escritas do Exame para ROC previstas no REI, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das quatro provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2021:

Provas	1. ^a Prova	2. ^a Prova	3. ^a Prova	4. ^a Prova	Total 2021	Total 2020	Variação
N.º de inscritos	123	95	59	63	340	340	0
Lisboa	74	55	27	33	189	177	12
Porto	49	40	32	30	151	163	-12
N.º de presenças	109	79	55	57	300	303	-3
Lisboa	63	45	25	29	162	159	3
Porto	46	34	30	28	138	144	-6
Faltas	14	16	4	6	40	37	3
Lisboa	11	10	2	4	27	18	9
Porto	3	6	2	2	13	19	-6
N.º de aprovações	52	30	35	33	150	167	-17
Lisboa	25	15	18	16	74	82	-8
Porto	27	15	17	17	76	85	-9
N.º de reprovações	57	49	20	24	150	136	14
Lisboa	38	30	7	13	88	77	11
Porto	19	19	13	11	62	59	3
% Aprovações (face às presenças)	47,7%	38,0%	63,6%	57,9%	50,0%	55,1%	-5,1%
Lisboa	39,7%	33,3%	72,0%	55,2%	45,7%	51,6%	-5,9%
Porto	58,7%	44,1%	56,7%	60,7%	55,1%	59,0%	-4,0%

Da informação apresentada acima, não se regista alteração, face ao ano anterior, de candidatos inscritos no exame.

No que se refere ao nível de aprovações em 2021, o mesmo ascendeu em cerca de 50%, inferior ao período homólogo, que foi de 55,1%.

Os níveis de aprovação evidenciam o nível de exigência muito elevado que é colocado no acesso à profissão, o que, em simultâneo com o longo percurso que é exigido neste processo de acesso, em média nunca inferior a cinco anos, incluindo os exames e o estágio, bem como no rigoroso controlo de qualidade existente,



k
82
a

refletem, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência da atividade de Revisor Oficial de Contas, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

No ano transato, decorrente da declaração e renovação sucessiva do estado de emergência, foi realizado um sorteio, via zoom, dos temas das provas orais para Lisboa e Porto no dia 31 de outubro de 2020, tendo sido distribuídos 36 temas, para desenvolvimento dos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas, nos meses de maio e junho de 2021, 33 provas orais, tendo sido aprovados 27 candidatos e reprovados 6 candidatos.

Foi igualmente realizado um sorteio, via zoom, dos temas das provas orais para Lisboa e Porto no dia 16 de julho de 2021, tendo sido distribuídos 47 temas, para desenvolvimento dos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas, nos meses de novembro e dezembro de 2021, 45 provas orais, tendo sido aprovados 39 candidatos e reprovados 6 candidatos.

De salientar ainda que, tal como disposto no Regulamento de Exame e Inscrição, o Júri de Exame é composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para Revisor Oficial de Contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.

3.5 COMISSÃO DE ESTÁGIO

O estágio tem como objetivo ministrar ao candidato a Revisor Oficial de Contas formação e práticas adequadas ao exercício da atividade profissional e, a par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, foi dada continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares,



Handwritten notes in blue ink: 'k', 'S', 'A', and 'z'.

normas e publicações, bem como no incentivo à participação em ações de formação, encontros e seminários.

No decurso de 2021, a Comissão de Estágio realizou 10 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do anterior Regulamento de Estágio, publicado no D.R. n.º 89/2010, de 9 de fevereiro, e do atual Regulamento de Estágio, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 5, de 6 de janeiro de 2017.

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos quatro anos foi a seguinte:

ROC	2021	2020	Variação 2021/2020
Estagiários em 1 de janeiro	95	108	-13
Estágio iniciados	19	16	3
Estágios concluídos com aprovação	10	22	-12
Exclusões de estágio	0	2	-2
Desistências de estágio	10	2	8
Estágios encerrados por dispensa	1	3	-2
Estagiários em 31 de dezembro	93	95	-2

No decurso do ano de 2021 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 12 provas de avaliação final de estagiários. No âmbito do acompanhamento e apreciação dos estágios, foram efetuadas, junto dos membros estagiários e respetivos patronos, 68 avaliações intercalares por coordenadores de estágio e 23 avaliações por revisores-coordenadores. Realizaram-se ainda 13 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.



k
G A
r

3.6 TÍTULO DE ESPECIALISTA

O Título de Especialista constitui uma certificação de competência específica na área da auditoria/revisão legal de contas. Aplica-se a todos os Revisores Oficiais de Contas com inscrição em vigor na OROC e relativamente aos quais se verifique o exercício efetivo de atividade.

Em 2021 foram apreciados pelo Conselho Diretivo 10 requerimentos.

3.7 SUPERVISÃO E CONTROLO DE QUALIDADE

Os revisores oficiais de contas e as sociedades de revisores oficiais de contas estão sujeitos a controlo de qualidade, o qual é exercido pela Ordem, sob a supervisão da CMVM, no que respeita a auditores que não realizem revisão legal das contas de entidades de interesse público, nos termos do disposto no nº1 do art.º 69 do EOROC.

O controlo de qualidade tem como objetivo principal a verificação da aplicação das normas de auditoria de acordo com o previsto no EOROC e outras normas técnicas ou regulamentação nacional adicionais decorrentes de exigências legais ou regulamentares e ainda verificação do cumprimento pelos Revisores dos deveres estabelecidos do mencionado Estatuto.

O controlo de qualidade tem, também, como objetivo promover a melhoria da qualidade, incentivando os Revisores a adotarem as práticas profissionais mais adequadas de acordo com o Regulamento do Controlo de Qualidade da Ordem (RCQ) - Regulamento nº 26/2017 aprovado pela Assembleia Geral extraordinária de 30 de junho de 2016 e publicado no Diário da República, 2.ª Série – n.º 6, de 9 de janeiro de 2017.

O controlo de qualidade da atividade exercida pelos ROC e SROC, relativamente a funções de interesse público, deve ser exercido em conformidade com um plano anual.

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) procedeu ao seguinte:



- Promoveu a realização do Sorteio Público em 27 de julho de 2021, visando os controlos a exercer pela Ordem, nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria (RJSA), aos ROC e SROC que não exercem revisão legal de contas de entidades de interesse público, referentes às auditorias relativas ao ano de 2020;
- Divulgou em 25 de outubro de 2021 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 1 de agosto de 2020 e 22 de outubro de 2021 (excecionalmente alargado em dois meses e meio devido à Pandemia) sobre as auditorias relativas ao ano de 2019);
- Promoveu em 12 de novembro de 2021 uma ação de formação gratuita dirigida a todos os ROC - "Lições do último ciclo de controlo de qualidade" - que visou destacar os assuntos mais relevantes para o processo de controlo de qualidade do ciclo a iniciar-se;
- Preparou o Plano Anual do Ciclo do Controlo de Qualidade 2021-2022 e realizou as tarefas de planeamento e controlo para a sua concretização, designadamente seleção dos dossiês de trabalho, alocação aos controladores-relatores, comunicação com os controlados e controladores-relatores e controlo da execução dos controlos de qualidade;
- Continuou a estabelecer com a CMVM (Departamento de Supervisão de Auditoria-DSA) as comunicações acordadas relativas ao controlo de qualidade executado pela Ordem;
- Prestou esclarecimentos à CMVM sobre pareceres da CCQ, conclusões e resumos do controlo de qualidade anual e ainda sobre procedimentos de acompanhamento;
- Efetuou igualmente reuniões com a CMVM facultando os elementos solicitados relativamente aos controlos de qualidade realizados no ciclo anterior.



3.7.1 | RESULTADOS CICLO DE CONTROLO DE QUALIDADE 20/21

Na sequência do sorteio público realizado em 15 de junho de 2020, foram executados e concluídos, até 22 de outubro de 2021, os controlos de qualidade então determinados a 23 SROC e 53 ROC que não realizam revisão legal de contas de entidades de interesse público, tendo sido cancelados subsequentemente cinco controlos de qualidade (uma SROC que cancelou o seu registo, três ROC por suspensão/cancelamento de atividade e um ROC indevidamente incluído, por lapso, na lista para seleção).

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

Resultados Controlo Horizontal	Total de ROC/ SROC sorteados		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem observações dignas de registo	23	33%	11	50%	12	25%
Com observações de menor relevância	29	41%	6	27%	23	48%
Subtotal	52	74%	17	77%	35	73%
Com observações de relevância	8	11%	4	18%	4	8%
Com resultados insatisfatórios	10	14%	1	5%	9	19%
Subtotal	18	26%	5	23%	13	27%
Total analisado	70	100%	22	100%	48	100%
Sem controlo horizontal	1		0		1	
Cancelados	5		1	-	4	-
Total	76	-	23	-	53	-

Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

Resultados Controlo Vertical	Total de dossiês		SROC		ROC	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem observações dignas de registo	31	28%	25	42%	6	12%
Com observações de menor relevância	38	35%	17	28%	21	43%
Subtotal	69	63%	42	70%	27	55%
Com observações de relevância	25	23%	14	23%	11	22%
Com resultados insatisfatórios	15	14%	4	7%	11	22%
Subtotal	40	37%	18	30%	22	45%
Total analisado	109	100%	60	100%	49	100%
Cancelados	6		2		4	
Adiados	1	-	1	-	0	-
Total	116	-	63	-	53	-



k
sc
a

As apreciações gerais sobre a evolução dos resultados face ao ciclo anterior e a análise da natureza das observações notadas podem ser encontradas no relatório da atividade, divulgado em 25 de outubro de 2021, como acima referido.

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância:

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores-relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiers que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar ou implementados no sentido de serem superadas as deficiências detetadas. Note-se que foi possível retomar em 2021 os acompanhamentos que tiveram de ser suspensos em março de 2020 devido aos constrangimentos decorrentes da pandemia COVID 19.

Conforme apresentado no relatório da atividade desenvolvida, a situação dos acompanhamentos relativos aos controlos de qualidade do ciclo 2018/2019 e 2019/2020 é a seguinte:

- Ciclo de 2018/2019: do total de 23 processos sujeitos a acompanhamento, foi cancelado um processo e foram concluídos 12 processos cujas recomendações foram satisfatoriamente implementadas;
- Ciclo de 2019/2020: foram concluídos nove dos 19 acompanhamentos planeados.

Relativamente aos acompanhamentos dos controlos de qualidade com resultados insatisfatórios, no presente ciclo transitaram em julgado os sete processos com a referida classificação no ciclo de 2017/2018. Dos sete



Handwritten notes in blue ink: 'K', 'SA', and a signature.

acompanhamentos, três foram cancelados devido a cancelamento da atividade, encontrando-se os restantes quatro em seguimento.

Cumpre ainda referir que, para além dos acompanhamentos acima referidos, encontram-se em seguimento oito processos de acompanhamento acordados com a CMVM (um processo de 2016, três processos de 2017 e quatro processos de 2018).

Implementação das recomendações efetuadas pela CMVM:

A CCQ procedeu, por indicação do Conselho Diretivo, à análise e resposta aos comentários e recomendações do DSA da CMVM no Relatório final, recebido em abril de 2021, no âmbito da sua supervisão ao controlo de qualidade realizado pela OROC no ciclo 2019/2021, tendo incorporado no ciclo em curso iniciativas para resposta às recomendações da CMVM. A resposta da OROC foi submetida a 12 de julho de 2021.

Nesta data, ainda não foi recebido o Relatório interlocutório do DSA da CMVM relativo à supervisão ao controlo de qualidade realizado pela OROC no ciclo 2020/2021.

Foram, no entanto, realizadas interações presenciais com o DSA da CMVM, tendo sido reforçado o diálogo sobre determinados aspetos gerais transversais no controlo de qualidade e sobre determinados dossiers objeto de comentários pela CMVM no seu relatório anual.

A CCQ tomou em devida consideração todos os comentários/recomendações do DSA da CMVM, salientando-se a forma construtiva como decorreram as diversas interações e a compreensão do DSA face ao adiamento da calendarização planeada, em virtude da situação pandémica.

3.7.2. Ciclo de controlo de qualidade 21/22

No âmbito do planeamento dos controlos relativos ao sorteio público do ciclo 2021/2022, realizado em 27 de julho de 2021, a CCQ preparou o Plano Anual do Controlo de Qualidade onde consta o seguinte:



fa
sz
G

- Critérios de seleção do Sorteio Público de 27 de julho de 2021 e programa de intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade;
- Lista dos Revisores a controlar sorteadas no Sorteio Público;
- Lista anual dos controladores-relatores aprovada;
- Listas das entidades sorteadas, organizada por SROC e ROC, com a afetação do controlador-relator em cada entidade;
- Prazos do processo de controlo de qualidade;
- Ação de formação de controladores-relatores;
- Ação de formação sobre as principais observações notadas no ciclo anterior e recomendações no sentido da melhoria da qualidade das auditorias;
- Deveres dos revisores controlados e controladores-relatores.

De realçar, que o ano de controlo a apreciar em 2021 é o primeiro ano do ciclo de seis anos (2021-2026) (com referência à revisão legal das contas de 2020-2025).

Atividades de supervisão desenvolvidas:

As atividades de supervisão desenvolvidas incluem as seguintes:

- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão, como peritos de processos judiciais ou para outros efeitos, em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu;
- Outras atividades relacionadas com a supervisão da atividade, exercidas em articulação com outros departamentos.



f
S
Q
a

3.8 FORMAÇÃO

3.8.1 | FORMAÇÃO CONTÍNUA

O ano de 2021 continuou marcado por restrições associadas à pandemia COVID-19, obrigando à realização das formações em sistema on-line. A Ordem manteve a sua estratégia de diversificação na sua oferta formativa. Foi dada prioridade a matérias identificadas como relevantes nas conclusões dos processos de controlo de qualidade, com o objetivo de reforçar o conhecimento e apoiar os Colegas na melhoria das suas metodologias de trabalho e na respetiva documentação e obtenção de prova de auditoria.

Desta forma, foram desenhadas formações a abranger todas as etapas de um trabalho de auditoria, desde a aceitação / retenção de clientes, a estratégia e plano de auditoria, o planeamento de uma auditoria (enfoque na materialidade), a avaliação dos riscos e respetivos procedimentos a desenvolver para a sua mitigação e os aspetos relevantes ao nível das conclusões e relato (declaração do órgão de gestão, como exemplo).

Foram igualmente realizadas formações abrangendo os trabalhos de garantia de fiabilidade (ISAE 3000) e procedimentos acordados (ISRS 4400), nos quais se inseriu as temáticas da GAT 19.

No âmbito do sistema interno de Controlo de Qualidade, mantivemos as temáticas endereçadas na ISQC1, repartidas em três sessões sobre a revisão do controlo de qualidade do trabalho, a inspeção de trabalhos e a responsabilidade pela monitorização das políticas e procedimentos de controlo de qualidade. Foram ainda contempladas no plano de formação sessões endereçadas especificamente para o sistema interno de controlo de qualidade para pequenas e médias SROC.

Também ao nível do tema do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, e com o objetivo de apoiar os Revisores Oficiais de Contas no cumprimento da legislação em vigor sobre esta temática, foram realizadas diversas



k
R
A
C

ações de formação, duas das quais de caráter gratuito, com o objetivo de ajudar os Colegas na preparação do reporte obrigatório para a CMVM.

Deixamos um agradecimento aos Colegas que se mostraram disponíveis a integrar a nossa bolsa de formadores, bem como a todos os que assistiram às nossas formações e contribuíram, de alguma forma, para o debate de ideias e na identificação de outras matérias relevantes para a profissão.

Apresenta-se de seguida o resumo dos principais indicadores referentes à formação contínua do ano de 2020, em comparação com o ano anterior:

Ano	2021	2020	Variação
Formação realizada	160	164	-2,4%
Número de participantes	6257	5835	7,2%
Horas de formação	726	868	-16,4%

(não inclui Academia e cursos e-learning das ISA)

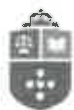
O número de formações esteve em linha com o ano de 2021, verificando-se, contudo, um acréscimo de 7% face ao número de participantes. Isto reflete o facto de se ter ajustado o número de participantes por sessão.

Apresenta-se em seguida o número de cursos e total de horas oferecidas por áreas temáticas:

Ano	2021		2020		Variação	
	N.º cursos	Horas	N.º cursos	Horas	N.º cursos	Horas
Auditoria	83	375	45	247	84,4%	51,8%
Contabilidade	13	62	20	107	-35,0%	-42,1%
Fiscalidade	30	105	30	174	0,0%	-39,7%
Direito	15	64	38	155	-60,5%	-58,7%
Outros	19	120	31	185	-38,7%	-35,1%
Total	160	726	164	868	-2,4%	-16,4%

É, pois, visível, o aumento das formações nas matérias relacionadas com auditoria, em linha com os objetivos do Conselho Diretivo.

À semelhança de anos anteriores, nos cursos de formação acima referidos participaram ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades,



f
a
se
a

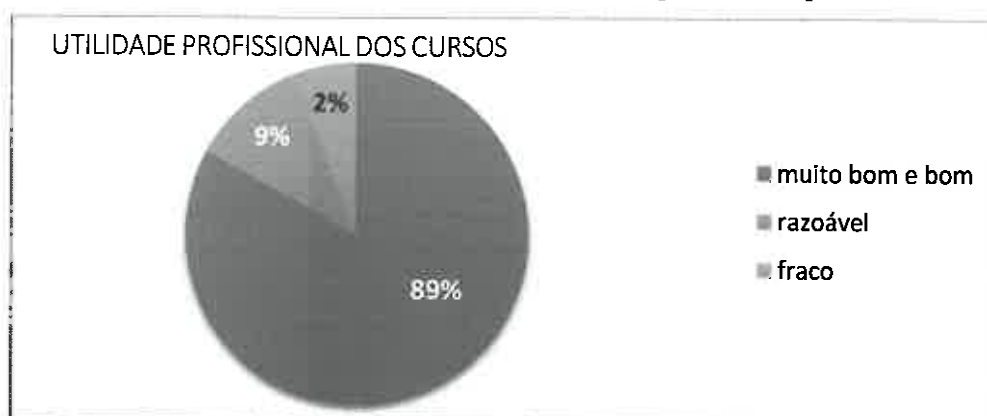
procurando-se uma crescente participação de pessoas não membros da Ordem. No quadro abaixo apresenta-se o detalhe desta informação:

Tipologia participantes	Nº participantes
ROC	4.985
Colaboradores	773
Estagiários	214
CPROC	43
Empresas	242
Total	6.257

Todas as ações de formação são avaliadas quanto às competências científicas ou técnicas e pedagógicas dos formadores bem como quanto ao conteúdo do curso, utilidade e outros aspetos. Estas avaliações passaram a ser efetuadas, também, em formato eletrónico.

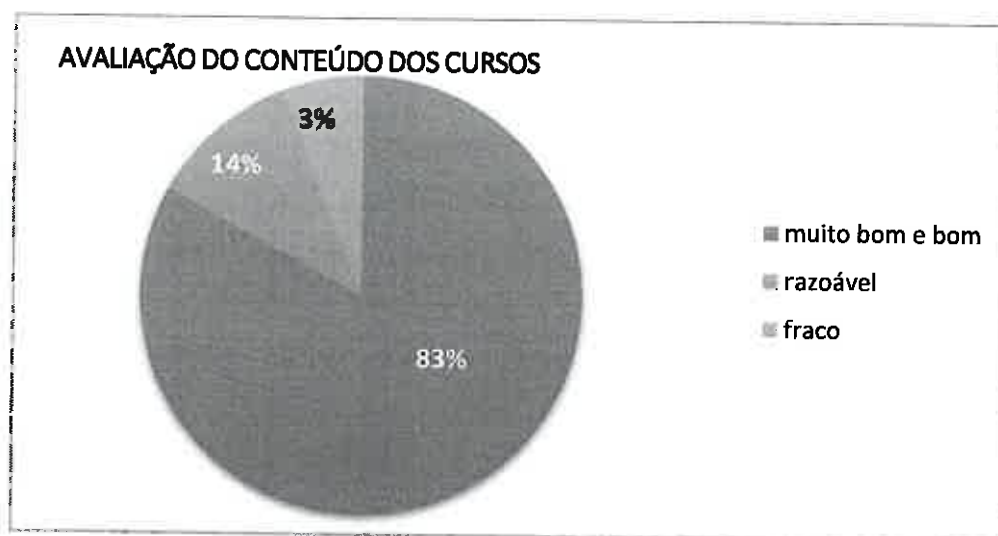
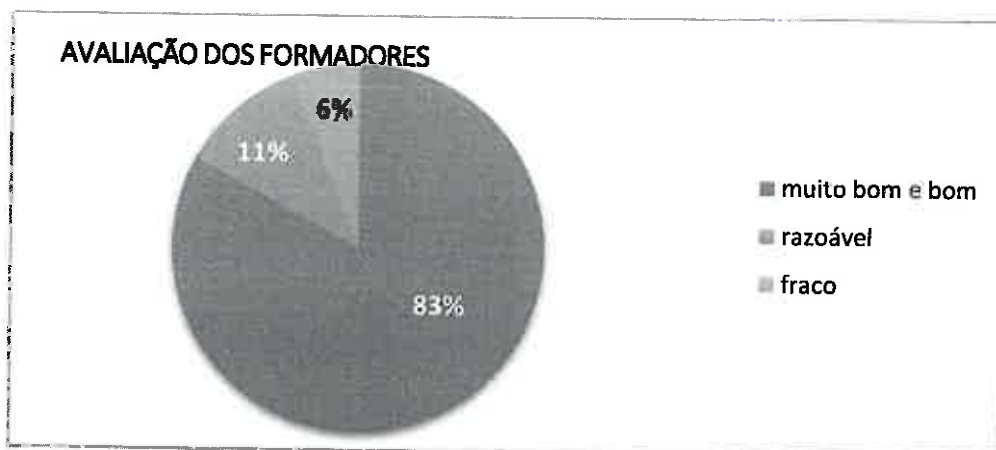
O interesse e relevância das ações de formação promovidas pela OROC em 2021 mereceram uma avaliação muito positiva por parte dos participantes.

Da avaliação dos questionários obtivemos as seguintes respostas:





Handwritten notes in blue ink: "K", "Se O", and "G".



3.8.2 | ACADEMIA OROC

Em 2021, realizou-se pela primeira vez na Ordem, no âmbito da ACADEMIA OROC, o Programa de Formação Trainees que foi concebido e estruturado, constatada a necessidade de apoio na formação dos que ingressam a profissão de auditores. Este curso, foi realizado em formato presencial durante 4 dias em formato intensivo dada a componente prática do mesmo. A turma de Lisboa teve 18 inscritos e a turma do Porto cerca de 23 participantes.

Para 2022, o Conselho Diretivo pretende manter a Academia OROC com o Programa de Formação Trainees e abrir o Programa de Formação específico para



ka
sa
a

Senior's, cujo programa estará mais direcionado para tarefas de revisão e supervisão. Em ambas as situações perspetiva-se a abertura de turmas em Lisboa e Porto, em modelo presencial, dado o cariz prático do curso.

3.8.3 | CERTIFICAÇÃO DE FORMAÇÃO

O regulamento de formação permite que sejam certificadas pela OROC, para efeitos de atribuição de créditos certificados, de formações relativas à participação em ações de formação promovidas por sociedades de revisores oficiais de contas ou por outras entidades, nomeadamente instituições do ensino superior, associações profissionais, empresas de formação, entre outras, bem como a publicação de livros.

Em 2021 foram certificados 38 processos de formação, conforma mapa abaixo:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2021	2020
Certificada	38	33
Validada mas não certificada	0	0
Processos em curso	0	2
Total	35	35

3.8.4 | CURSO DE PREPARAÇÃO PARA ROC (CPROC)

No ano de 2021 deu-se continuidade ao 21.º CPROC, iniciado em 2020, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos. Iniciou-se também o 22.º CPROC, relativamente ao qual foi lecionado o 1.º grupo de matérias.

Tal como nos anos anteriores, durante o ano de 2021 foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 576 horas.

Os dados são os seguintes:



sk a
G

Edições	Período	N.º horas (Lx e Porto)	N.º de formandos		Variação %
			2021	2020	
21.º Curso					
2.º grupo	22/01 a 20/03	144	82	66	24,2%
3.º grupo	23/04 a 26/06	144	59	69	-14,5%
4.º grupo	24/09 a 27/11	144	52	59	-11,9%
22.º Curso					
1.º grupo	04/10 a 07/12	144	72	87	-17,2%

Quer comparativamente com o 20.º Curso, quer com 21.º Curso, a tendência é de redução do número de inscitos nos diversos módulos de matérias.

3.8.5 | CURSO DE E-LEARNING

A OROC disponibiliza curso sobre as Normas Internacionais de Auditoria em sistema e-learning. Este curso é constituído por 7 módulos, podendo cada formando optar por realizar a sua totalidade ou frequentar módulos específicos. O respetivo programa pode ser consultado no site da OROC. Esta formação confere 28 créditos de formação certificados, caso o resultado obtido na avaliação de conhecimentos seja positivo.

Durante o ano de 2021 foram os seguintes os cursos realizados:

Cursos	2021		2020	
	Nº inscrições	Horas	Nº inscrições	Horas
Curso completo	71	3976	9	504
<i>Módulos Individuais</i>				
Aspetos Gerais de Auditoria	3	24	4	32
Planeamento de Auditoria	4	40	2	20
Materialidade e Resposta ao risco	6	36	4	24
Proc. Auditoria e Amostragem	3	30	3	30
Comunicação Aspectos especiais Auditoria	3	33	3	33
Finalização de Auditoria	6	60	1	10
Total	96	4199	26	653

3.8.6 | MAPAS DE FORMAÇÃO

Uma das obrigações dos Revisores Oficiais de Contas é o envio do mapa de formação. No decurso de 2021 foram analisados os mapas enviados pelos



ka
a
a

Revisores Oficiais de Contas relativos ao ano de 2020. Existiam cerca de 1.240 Revisores com obrigatoriedade de envio desta informação, tendo-se verificado, de uma forma geral, o cumprimento por parte dos membros do regulamento instituído sobre as horas obrigatórias de formação.

3.8.7 | PUBLICAÇÕES

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores E Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

Este ano, a Direção da Revista “Revisores E Auditores” fez uma aposta clara no uso do papel reciclado, diminuindo o impacto ambiental e contribuindo para menor consumo de energia, de emissões de carbono e diminuição da quantidade de resíduos contribuindo de forma inequívoca para a sustentabilidade do meio ambiente.

3.9 DEPARTAMENTO TÉCNICO

O Departamento Técnico da OROC prosseguiu, durante o ano de 2021, o seu objetivo de ser prestar apoio técnico a todos os membros da OROC, ROC e SROC, na prossecução dos seus trabalhos junto dos clientes.

Este apoio técnico materializou-se essencialmente na prestação de orientações e esclarecimentos nas seguintes áreas:

- Na aplicação das normas de auditoria e das normas contabilísticas;
- Na interpretação de leis e de regulamentos, em estreita parceria interna com o Departamento de Assessoria Jurídica da OROC, sendo o foco principal em matérias relacionadas com o Estatuto dos

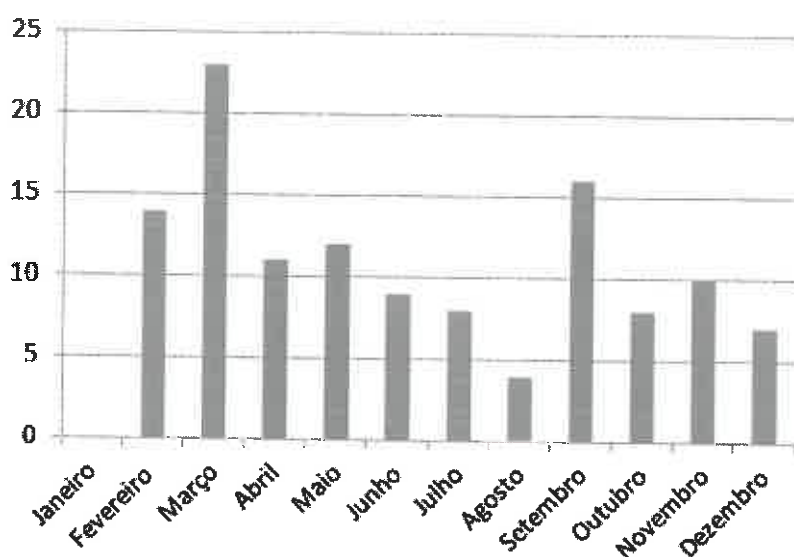


Handwritten notes in blue ink: "k", "0", "se", and "G".

Revisores Oficiais de Contas e o Código das Sociedades Comerciais, entre outros;

- Especificidades sobre o setor público, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica do Setor Público;
- Especificidades sobre o setor bancário e segurador, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica das Atividades Financeiras e Seguradoras;
- De impostos, em estreita parceria interna com a Comissão Técnica dos Impostos.

Durante o ano 2021 foram recebidas e respondidas cerca de 122 questões, que tiveram a seguinte ocorrência ao longo do ano:



Os tempos média de resposta observados foram os seguintes:

Intervalos	%
Até 5 dias	21%
Entre 6 e 10 dias	33%
Entre 11 e 20 dias	33%
Entre 21 e 30 dias	7%
Mais de 30 dias	6%



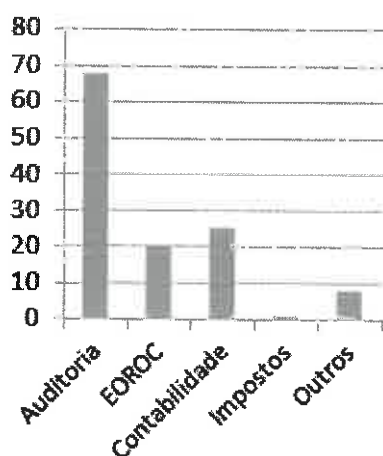
ka
G

Mais de metade das respostas foram respondidas até 10 dias. Sendo que 85% das respostas não ultrapassaram os 20 dias.

Em perguntas que envolvem um maior grau de complexidade, houve necessidade de envolver as comissões técnicas respetivas ou a apreciação jurídica das mesmas, o que justificou o aumento do tempo de apreciação.

O objetivo é encurtar, na medida do possível, o tempo de resposta, naturalmente atendo à complexidade da matéria tratada em que seja justificável maior estudo e necessidade de envolvimento de outras áreas consultas.

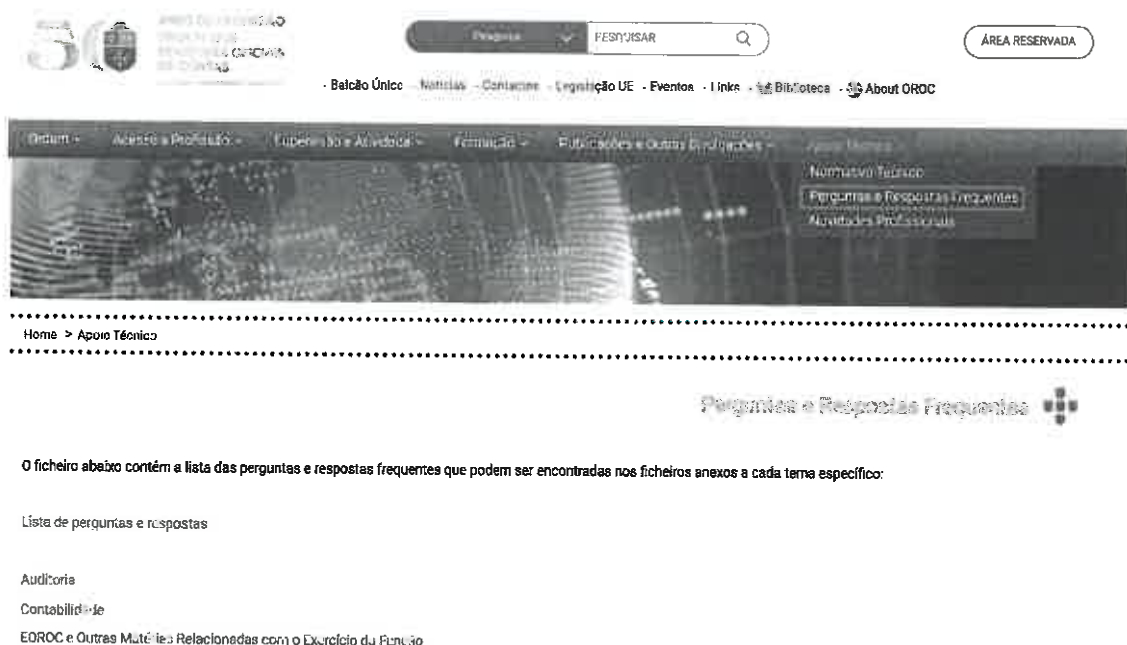
Por temas abordados, as questões colocadas abrangeram as seguintes áreas:



Um dos objetivos a que o departamento se propôs este ano foi o de reorganizar o processo interno de resposta às questões colocadas pelos colegas, para garantir um incremento na qualidade, no tempo de resposta, e na monitorização de cada contacto. Consideramos que o objetivo foi concretizado, tendo melhorado o processo interno a este nível, mas sabemos que ainda há espaço para outras melhorias, e estamos focados em prosseguir este desafio durante o ano de 2022.



Durante 2021 foi já criado uma pasta no site da OROC, onde foram publicadas já algumas das respostas emitidas durante o ano de 2021, sob o formato de “Perguntas e Respostas Frequentes”.



Mas o trabalho do departamento abrangeu igualmente outros projetos, para além deste apoio técnico mais direto aos colegas.

Continuámos a monitorizar de perto o que é publicado pelos organismos internacionais de relevo para a nossa área, e adaptamos os temas a comunicações internas quando consideramos temas relevantes. Todos estes temas são igualmente publicados na revista da OROC, na área específica do departamento técnico sob a epígrafe “Desenvolvimentos Regulatórios Relevantes”.

Neste período, foi dada continuidade aos trabalhos relacionados com a implementação das normas internacionais de auditoria em Portugal, tendo sido revistos dois Guias de Aplicação Técnica (GAT) para orientação e aplicação dos profissionais de auditoria:



- Em março de 2021 foi publicado o GAT 1 revisto, o qual inclui novos modelos de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria;
- Em abril de 2021 foi republicado o GAT 6 revisto, o qual publicou o novo modelo de Certificação Legal das Contas / Relatório de Auditoria para as Microentidades, no âmbito de um referencial de cumprimento.

Foram ainda lançadas consultas públicas sobre três matérias que transitaram para o ano seguinte:

- Modelo de Relatório Anual sobre o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis às Obrigações Hipotecárias e às Obrigações sobre o Setor Público;
- Modelo de Relatório do Auditor Externo sobre o processo de Quantificação da Imparidade da Carteira de Crédito;
- Intervenção do ROC nos relatórios e contas elaborados de acordo formato único eletrónico (ESEF) definido pelo Regulamento Europeu, aplicável a sociedades emittentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados. O GAT (20), foi, entretanto, aprovado e publicado em 4 de fevereiro de 2022.

Site da OROC

O sítio da OROC na Internet procura ser uma fonte privilegiada de disponibilização de conteúdos úteis para os membros, de fácil acesso e leitura assente em plataforma que permite a sua visualização ajustada a dispositivos móveis.

O Comité Técnico tem sido responsável por algumas atualizações do sítio da OROC, nomeadamente:

- A colocação no sítio da OROC das IFRS traduzidas para Português, estando estas normas atualizadas por todas as publicações / endossos efetuados pela União Europeia de novas normas,



atualizações e melhorias às normas, a última das quais publicada no Jornal da União Europeia em 2 de março de 2022;

- A colocação no sítio da OROC, de toda a informação regulamentar sobre o normativo SNC e SNC-AP;
- A divulgação no sítio da OROC, das perguntas e respostas frequentes, conforme já descrito acima.

Atividade a nível nacional

A ASAVAL - Associação Profissional das Sociedades de Avaliação completou já o projeto de tradução e adaptação das Normas Europeias de Avaliação (EVS) para Portugal. As Normas Portuguesas de Avaliação (NPAV) e as respetivas Orientações Técnicas de Avaliação (OTA) foram traduzidas e adaptadas para a nossa realidade, e a OROC prestou o seu apoio neste projeto, nomeadamente a OTA 3 – Avaliações para efeitos de reporte financeiro.

Está prevista a publicação destas normas durante o primeiro semestre de 2022.

Atividade a nível internacional

O Departamento Técnico da OROC fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais, salientando-se o grupo de trabalho de Contabilidade do Accountancy Europe onde tem vindo a ser discutidas as recentes alterações das normas contabilísticas internacionais bem como alguns projetos desenvolvidos pelo EFRAG.

O Departamento Técnico esteve igualmente envolvido no aprofundamento das relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa. Em Moçambique, foi reforçada a cooperação com a assinatura de um protocolo visando a reciprocidade. Em Cabo Verde foi aprofundada a cooperação visando desenvolver um plano concreto para que a mesma seja materializada.



Handwritten notes in blue ink: 'k', 'a', 'se', and a signature.

A OROC participou ainda na reunião da UCALP, realizada por ocasião do congresso da OCAM em Moçambique, que junta as diversas ordens profissionais de contabilidade e auditoria dos países de língua oficial portuguesa. Ficou acordado desenvolver um programa de ação ambicioso que reforce mecanismos e desenvolva ações de cooperação entre os seus membros.

Adicionalmente, iniciámos o processo de tradução / atualização do livro das IPSAS, emitido pelo IPSASB, e do livro das ISA, emitido pelo IAASB.

3.10 ÉTICA E DISCIPLINAR

O Conselho Disciplinar reuniu regularmente durante o ano de 2021, para julgar, dar parecer, averiguar e deliberar sobre os processos em curso no âmbito da sua competência, conferida pelo EOROC.

O movimento ocorrido nos processos disciplinares e nos processos de inquérito no ano de 2021, foi o seguinte:

Natureza	Número de processos	Arquivados	Apensados a outros processos	Convertidos em PD	Sancionados	Transitados para 2021
Processos de Inquérito	6	4	-	2		0
Transitados de 2020	1	1	-	0		0
Instaurados em 2021	5	3	-	2		0
Processos Disciplinares	37	1	-		7	29
Transitados de 2020	15	1	-		7	7
Instaurados em 2021	22	0	-		0	22

Relativamente ao movimento dos processos disciplinares com aplicação de sanções aplicadas, reportamos o seguinte:

Processos com aplicação de sanção a escala das sanções aplicadas	Número de processos	Matérias objeto		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Outros deveres funcionais
Advertência	1	1	-	-
Advertência registada	1	1	-	-
Multa de € 1.000	1	1	-	-
Multa de € 2.000	1	1	-	-
Multa de € 2.500	1	1	-	-
Multa de € 3.000	2	2	-	-
Total	7	7	-	-



Handwritten signature and initials in blue ink.

3.11 ASSESSORIA JURÍDICA

A assessoria jurídica presta apoio jurídico interno aos órgãos da Ordem, nomeadamente ao Conselho Diretivo, Conselho Superior, Assembleia Representativa, e ao Conselho Fiscal, bem como às Comissões estatutárias como a Comissão Controlo Qualidade e de um modo mais específico ao Conselho Disciplinar e á Comissão de Estágio e Inscrição. Colabora ainda, com o Departamento Técnico, com o Departamento Qualificação e Atividade Profissional, com o Departamento Financeiro, e todos os demais, sempre que solicitado.

A assessoria jurídica presta, também apoio jurídico Externo quando diretamente solicitada pelos Revisores Oficiais de Contas, relacionadas com o exercício da profissão para além de assegurar o Contencioso Administrativo e Judicial. Cabe-lhe por fim, a representação em juízo da Ordem e dos respetivos Órgãos.

3.12 EVENTOS E ENCONTROS

Tendo o ano de 2021 sido um ano marcado pela continuidade das contingências provocadas pela pandemia, foram diminutos os encontros presenciais realizados na Ordem. No entanto procurou-se suprir essa dificuldade, apostando em encontros on-line, a saber:

- ✓ Em abril, a OROC realizou um encontro “online” subordinado ao tema “Fundos Comunitários – Internacionalização em Investir Portugal” que teve como principal orador convidado o Dr Luís Filipe de Castro Henriques, Presidente da AICEP;
- ✓ Nos meses de abril e maio, a OROC em conjunto com a CMVM, promoveu dois encontros “on line” sobre “O Regulamento nº2/2020 da CMVM Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo”;
- ✓ A OROC e a CNC, conjuntamente com o IASB, organismo internacional que emite as IAS/IFRS, e o EFRAG, organismo europeu que aconselha a



k
82
Q
Q

Comissão Europeia sobre adoção de novas normas, ou emendas às existentes, promoveu um evento por meios telemáticos, em julho, para análise do enquadramento contabilístico de fusões e aquisições sob controlo comum tendo por base o recente Discussion Paper do IASB denominado Business Combinations Under Common Control;

- ✓ Em julho de 2021, a OROC realizou o Sorteio do Controlo da Qualidade na União de Associações do Comércio e Serviços, na Rua Castilho, em Lisboa. Dadas as condicionantes fruto da Pandemia Covid 19, o número de participantes foi limitado ao espaço físico, pelo que a sessão foi simultaneamente transmitida em canal aberto;
- ✓ No segundo semestre de 2021, o Conselho Diretivo teve a oportunidade de efetuar diligências junto dos diversos grupos parlamentares da Assembleia da República, durante a discussão em sede de especialidade, à proposta de Lei sobre alterações ao Código dos Valores Mobiliários, ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, ao Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (EOROC), ao Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, aos estatutos da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e a legislação conexa apresentada inicialmente pelo Governo. Foi entretanto aprovada, no passado dia 31 de Dezembro, a Lei nº 99-A/2021, que efetua essas alterações. O Conselho congratula-se por sido ainda possível, com a sua intervenção, efetuar algumas alterações relevantes à proposta de Lei inicialmente apresentada pelo Governo, nomeadamente a alteração que propunha que o capital das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, pudessem ser detidas maioritariamente por sócios não revisores (artigo 118º dos EOROC) e também a delimitação do alcance temporal dos requisitos para apreciação da idoneidade (artigo 148º do EOROC)
- ✓ No último trimestre do ano, o Conselho Diretivo promoveu reuniões presenciais no Porto e em Lisboa, com os controladores relatores, para partilha de várias orientações e preocupações relativas ao controlo de



qualidade;

- ✓ Em outubro, a Ordem realizou uma sessão de homenagem presencial ao Bastonário cessante Dr. José Rodrigues de Jesus pelo mandato 2018/2020, em que estiveram presentes anteriores Bastonários e antigos membros dos Conselhos Diretivos da Ordem, bem como os atuais órgãos sociais, funcionários e colaboradores;
- ✓ Em dezembro de 2021, quando houve um abrandamento das regras de confinamento, a OROC realizou, no Palácio Sottomayor em Lisboa, e em formato híbrido, embora restrito ao número de participantes, o III Seminário subordinado ao tema: “A importância do ESG na sustentabilidade futura das Empresas – Que Caminhos? O que pensam os CEO e Gestores O que pensam os Revisores Oficiais de Contas”;
- ✓ A OROC e a estrutura de Missão “Recuperar Portugal” assinaram nos últimos dias do ano, um Protocolo de Colaboração que prevê o controlo e auditoria dos investimentos aprovados ao abrigo do PRR;
- ✓ A 15 de dezembro, a OROC recebeu na sua sede, a delegação turca do Ministério do Tesouro e das Finanças da Turquia no âmbito do Projeto EuropeAid “Assistência Técnica para a Capacidade Reforçada para as Normas de Contabilidade do Sector Público”.



KA
S
Z

4 | GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O Conselho Diretivo posiciona a gestão de recursos da OROC numa dimensão estratégica, com especial enfoque no enriquecimento das competências dos colaboradores, que permitam assegurar com qualidade e rigor a prossecução dos seus objetivos e missão.

4.1 Caraterização dos Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2021, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 26 colaboradores repartidos pelos diferentes departamentos da Ordem: 24 pertencem ao quadro de pessoal e 2 colaboram em regime de prestação de serviços. Dos 26 colaboradores efetivos, 18 são mulheres e 8 homens.

Durante o exercício de 2021 verificou-se a saída de 4 funcionários e em sua substituição entraram 3 funcionários.

a) Estrutura Etária

Em 31 de dezembro a média de idade dos colaboradores é de 51 anos de idade e 21 anos de serviço.

b) Antiguidade

A antiguidade média dos funcionários na OROC, em 31 de dezembro de 2021, situa-se nos 23,7 anos.

c) Habilitações

No que diz respeito às habilitações literárias, 8 colaboradores possuem habilitações ao nível da Licenciatura, 12 com habilitações até ao 9.º ano e 6 dos efetivos com habilitações entre o 11.º e o 12.º ano.



Handwritten signature and initials in blue ink.

d) Sistema de Avaliação do Desempenho

O Sistema de Avaliação de Desempenho, afigura-se como um instrumento estratégico que permite monitorizar o desempenho dos colaboradores, permitindo otimizar a sua performance, estimulando a prossecução dos objetivos estratégicos, assente numa gestão orientada por objetivos. Em 2021, deu-se início ao estudo para implementação de um sistema de avaliação de desempenho, nomeadamente no alinhamento dos objetivos e competências de serviço.

e) Desenvolvimento e Formação Profissional

A formação profissional é considerada um investimento fundamental para o desenvolvimento e a atualização das competências dos colaboradores, sendo uma prioridade intrínseca à cultura organizacional. A OROC atribui uma importância central à formação procurando melhorias no desempenho profissional dos seus colaboradores.

No ano de 2021, e de acordo com o diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de competências dos colaboradores, foram realizadas várias ações de formação internas em formato online, nomeadamente:

- Riscos Profissionais de Trabalho em Escritório – formação geral;
- Excel Power Query – formação específica;
- Contratos Públicos e medidas especiais de contratação pública – formação específica;
- Legislação Laboral – A Gestão Administrativa dos RH - formação específica;
- Legislação Laboral - Cálculo e Processamento Salarial - formação específica;
- Fraude e Branqueamento de Capitais- formação específica;
- Fiscalidade Internacional das Pessoas Singulares - formação específica;
- Excel - formação geral;
- Análise de Dados - formação específica;
- SICQ 1, 2 e 3 - formação específica;
- Inglês Técnico - formação específica;



— Gestão das Emoções - formação específica.

Em 2022 pretende-se dar continuidade à implementação do sistema de avaliação e desempenho e desenvolvimento de um plano de formação interno, de modo a capacitar os trabalhadores, mobilizando-os e envolvendo-os na mudança, juntamente com o desenvolvimento que se preconiza.



ka
se

5 | RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

z

Apesar de o ano de 2021 ter sido fortemente marcado pela pandemia Covid-19, o Conselho Diretivo manteve contactos com diversas entidades ligadas ou conexas com a profissão, a maioria em moldes presenciais, nomeadamente com o Ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, com o Ministro do Planeamento, com o Secretário de Estado das Finanças, com o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com o Presidente do Tribunal de Contas, com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão e com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal.

Em julho ocorreu um encontro com o Presidente da República, com o objetivo de trocar impressões relativamente ao papel e a importância dos auditores para a credibilidade e transparência da informação financeira em Portugal, entre outros assuntos, relevantes para a profissão.

A Ordem manteve a sua representação na Comissão de Normalização Contabilística, no seu Conselho Geral e nos dois Comitês executivos, bem como a participação no Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP).

Ainda no plano nacional, a OROC acompanhou ainda e manteve o relacionamento institucional com a CMVM, sempre relevante pela sua função de supervisão pública da auditoria e pelos processos de mudança em curso, em diversos aspetos da regulamentação da profissão.



fa
se
2

6 | RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO

No âmbito das relações internacionais e cooperação, a OROC esteve presente no Congresso Internacional ACOA 2021, realizado no Centro de Conferência Joaquim Chissano na cidade de Maputo.

A Ordem esteve igualmente presente na reunião da fundação da União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCA-LP), na cidade de Maputo.

A Ordem foi ainda recebida pelo Governo de Cabo Verde, na pessoa do Ministro das Comunidades, Eng^o Jorge Santos, tendo sido demonstrada a disponibilidade da OROC para a total cooperação com a Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde (OPACC) no desenvolvimento do mercado de auditoria.

A Ordem manteve igualmente a participação em atividades de cooperação internacional, em particular nos Países de Língua Oficial Portuguesa dado estar ciente da importância da partilha de conhecimentos e do apoio mútuo entre organismos profissionais congéneres e conexos com a profissão, quer nacionais, quer internacionais, destacando-se a sua presença na cidade de Maputo para assinatura do Memorando de Reciprocidade entre a OROC e a OCAM bem como a assinatura do Protocolo de Formação com a mesma congénere, de Moçambique.

Na mesma linha, esteve presencialmente em Cabo Verde, para o III Congresso da Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas de Cabo Verde (OPACC). Durante a estada, reuniu ainda com o Bastonário e respetiva OPACC para abrir caminho ao Protocolo de Cooperação com a sua congénere.

A Ordem manteve a sua participação junto da AccountancyEurope, do IAASB, da IFAC e da UE, divulgando a respetiva informação pelos ROC, sempre que considerado pertinente, conforme já referido noutros pontos deste Relatório.



For
SE

7 | ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

2

7.1. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados e a situação, financeira e patrimonial, alcançados pela OROC, no ano de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.



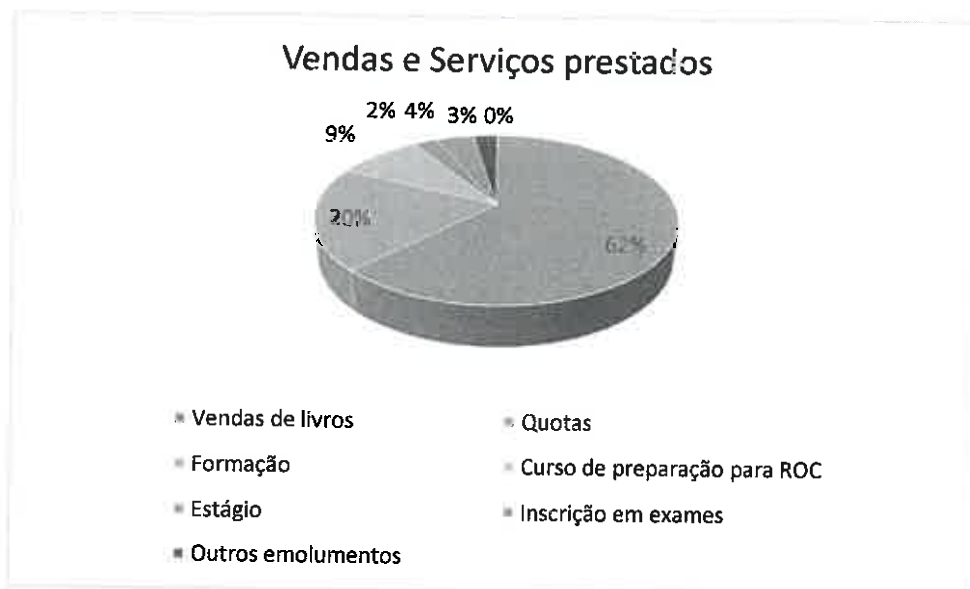
**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade Independência Competência

RUBRICAS	2021	2020	2021/2020	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	1.931.939	1.943.534	-11.595	-0,6%
Vendas de livros	1.877	3.330	-1.453	-43,6%
Quotas	1.202.329	1.181.344	20.985	1,8%
Formação	379.107	343.615	35.492	10,3%
Curso de preparação para ROC	174.794	175.254	-460	-0,3%
Estágio	47.880	60.595	-12.715	-21,0%
Inscrição em exames	77.410	159.280	-81.870	-51,4%
Outros emolumentos	48.543	20.116	28.427	141,3%
CMVMC	-431	-666	235	-35,3%
Fornecimentos e serviços externos	-869.078	-1.040.652	171.574	-16,5%
Honorários Formadores	-150.117	-174.608	24.492	-14,0%
Honorários CPROC	-76.211	-78.774	2.563	-3,3%
Honorários Controladores	-76.872	-94.175	17.303	-18,4%
Honorários Comissões	-85.287	-84.371	-916	1,1%
Honorários Juri exame	-34.811	-28.014	-6.798	24,3%
Departamento técnico	-22.460	-38.720	16.260	-42,0%
Assessores	-27.340	-84.796	57.456	-67,8%
Trabalhos especializados informática	-123.036	-100.703	-22.334	22,2%
Trabalhos especializados Revista	-22.510	-28.187	5.676	-20,1%
Trabalhos especializados Outros	-27.472	-52.214	24.742	-47,4%
Publicidade	-24.888	-3.019	-21.869	724,4%
Conservação e reparação	-10.891	-47.850	36.959	-77,2%
Condomínios	-45.309	-49.689	4.380	-8,8%
Materiais	-7.678	-28.493	20.814	-73,1%
Energia e fluídos	-15.288	-16.175	887	-5,5%
Deslocações e estadas	-55.039	-42.792	-12.248	28,6%
Coffee breaks	-225	-6.084	5.859	-96,3%
Comunicação	-21.990	-28.003	6.013	-21,5%
Rendas e alugueres	-12.792	-16.810	4.018	-23,9%
Limpeza, higiene e conforto	-10.354	-15.363	5.009	-32,6%
Outros gastos	-18.506	-21.812	3.306	-15,2%
Gastos com pessoal	-778.256	-730.085	-48.171	6,6%
Gastos com Órgãos Sociais	-143.825	-105.402	-38.424	36,5%
Gastos com Pessoal	-510.968	-502.905	-8.062	1,6%
Encargos sobre remunerações	-114.784	-113.490	-1.294	1,1%
Outros gastos com pessoal	-8.679	-8.288	-391	4,7%
Imparidade de dívidas a receber	-51.836	3.369	-55.205	-1638,6%
Provisões	68.376	-2.334	70.710	-3029,2%
Outros rendimentos	41.145	120.408	-79.262	-65,8%
Multas Conselho Disciplinar	19.050	81.700	-62.650	-76,7%
Rendas obtidas	0	3.966	-3.966	-100,0%
Patrocínios	9.365	5.275	4.090	77,5%
Outros	12.730	29.467	-16.737	-56,8%
Outros gastos	-82.330	-107.334	25.003	-23,3%
Quotizações	-65.485	-82.828	17.343	-20,9%
Outros	-16.845	-24.506	7.661	-31,3%
Resultado antes de depreciações	259.529	186.239	73.055	39,2%
Depreciações	-69.803	-66.869	-2.934	4,4%
Resultado operacional	189.727	119.370	70.121	58,7%
Imposto sobre o rendimento do período	-2.188	-1.347	-840	62,4%
Resultado líquido do exercício	187.539	118.023	69.280	-3,7%



k
82
2
01



Em relação às principais rubricas e principais variações na Demonstração de resultados destacamos:

- O resultado líquido do exercício foi positivo, no valor de 188 mil euros (118 mil euros em 2020).
- Ao nível das vendas e serviços prestados, de assinalar a sua ligeira redução de 0,6% face a 2020, explicado da seguinte forma:
 - A receita das quotas continua a ser o rendimento mais significativo, representando 62% do total do volume de negócios. Neste ano registou-se um ligeiro aumento de 1,8% relativamente a 2020. O aumento está relacionado com o incremento do volume de negócios, uma vez que em termos de valor percentual, não houve qualquer alteração.
 - A ligeira redução das receitas, no global, é explicada pela redução do rédito na área da inscrição em exames e estágio, o que em parte poderá estar relacionado com os efeitos da Pandemia.
 - O aumento do rendimento relacionado com a formação está relacionado com o lançamento da Academia OROC em 2021.
- Em termos dos gastos, de salientar, que a redução de gastos obtida no exercício, é sobretudo explicado por:



- Decréscimo da rubrica de fornecimentos e serviços externos (menos 171 mil euros) explicada nomeadamente por: a) a redução de gastos com formadores, devido ao alinhamento do rate horário com a senha definida para órgãos sociais e comissões; b) redução de gastos com assessores, uma vez que a secretária geral integrou os quadros em agosto e procedeu-se à substituição do apoio contabilístico com a contratação de um contabilista certificado para o quadro; e c) redução do valores de conservação e reparação, uma vez que em 2020 foram registados gastos extra com conservação do edificio ARCIS.
- O aumento de gastos com pessoal (48 mil euros) é explicado por um lado pela alocação de todas as senhas do Conselho Diretivo a gastos com pessoal – órgãos sociais, enquanto que em 2020 os gastos com as senhas do Conselho Diretivo relativos às comissões técnicas eram imputados em FSE (cerca de 44 mil euros) e pela admissão da secretária geral e de uma contabilista certificada em substituição de gastos com prestação de serviços.
- Foi também reforçada a imparidade de clientes em 52 mil euros, considerando a antiguidade de saldos.
- No que respeita à rubrica de outros rendimentos, a variação negativa de 79 mil euros é explicada maioritariamente pela redução do valor das coimas que transitaram em julgado (menos 63 mil euros do que em 2020).
- A reversão de provisões no valor de 69 mil euros está relacionada com a anulação da provisão constituída para as retenções relativas a juros obtidos nos anos de 2012 a 2016, por as mesmas já não se justificarem.

fa
se
z



7.2. ANÁLISE FINANCEIRA

A OROC apresenta um total do Ativo de 6,5 milhões de euros, o que se traduz num aumento de 1,2% face a 2020 (74 mil euros).

RUBRICAS	DATAS			
	2021	2020	Variação	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5.079.583	5.138.135	-58.552	-1,1%
Ativos intangíveis	3.533	6.790	-3.257	-48,0%
Outros investimentos financeiros	172.392	252.305	-79.914	-31,7%
	5.255.507	5.397.230	-141.723	-2,6%
Ativo corrente				
Inventários	18.540	18.631	-91	-0,5%
Associados	151.232	183.122	-31.890	-17,4%
Estado e outros entes públicos	1.992	2.405	-413	-17,2%
Outros créditos a receber	14.599	58.188	-43.590	-74,9%
Diferimentos	46.552	41.231	5.320	12,9%
Caixa e depósitos bancários	1.008.136	721.345	286.792	39,8%
	1.241.051	1.024.922	216.129	21,1%
Total do ativo	6.496.558	6.422.153	74.406	1,2%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Resultados transitados	5.301.159	5.183.136	118.023	2,3%
Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patr.	457.239	457.239	0	0,0%
Resultado líquido do período	187.539	118.023	69.516	58,9%
Total do capital próprio	5.945.937	5.758.398	187.539	3,3%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	18.443	86.819	-68.376	-78,8%
	18.443	86.819	-68.376	-78,8%
Passivo corrente				
Fornecedores	59.341	75.924	-16.583	-21,8%
Estado e outros entes públicos	29.633	41.509	-11.876	-28,6%
Outras dívidas a pagar	380.803	368.328	12.475	3,4%
Diferimentos	62.401	91.174	-28.774	-31,6%
	532.178	576.935	-44.757	-7,8%
Total do passivo	550.621	663.754	-113.133	-17,0%
Total dos Fundos patrimoniais e do passivo	6.496.558	6.422.153	74.406	1,2%

As rubricas mais significativas são a dos Ativos Fixos Tangíveis, representando 78% do total do ativo.

Em relação às principais rubricas e principais variações do balanço destacamos:



la
sc
z

- A rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, que para além da atual sede e respetivo equipamento, regista ainda em curso: 2,7 milhões de euros correspondente às novas instalações no edifício ARCIS em Lisboa, bem como a fração contígua aos atuais escritórios no Porto, adquiridas em 2019, por 312 mil euros.
- A rubrica outros investimentos financeiros regista um conjunto de aplicações financeiras, depositadas em diversas instituições financeiras.
- Os inventários correspondem ao stock de livros disponíveis para venda na OROC.
- A rubrica Associados regista as dívidas de ROC's e SROC's relativamente a quotizações, seguros, formações e emolumentos, sofreu uma variação de negativa de 32 mil euros face a 2020, relacionada sobretudo com o reforço da imparidade.
- A rubrica créditos a receber inclui os valores a receber de entidades que não ROC's e SROC's.
- As provisões relacionam-se coimas retenções na fonte de IRC sobre juros de 2017 a 2020.
- A rubrica outras dívidas a pagar é constituída maioritariamente pela rubrica "acréscimos de gastos".

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira de 92% (90% em 2020), bem como uma significativa solvabilidade de 10,8 (8,7 em 2020) e um adequado equilíbrio financeiro patente no rácio de liquidez geral no valor de 2,3 (1,8 em 2020).



ka
sa
2

8 | ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

8.1 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE

O mapa seguinte sintetiza a execução do orçamento aprovado para 2021. No plano global, verifica-se uma taxa de realização de cerca de 95% nos rendimentos e de cerca de 87% nos gastos.

A execução do orçamento apresenta-se satisfatória, apesar dos constrangimentos verificados.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

RUBRICAS	2021	PAO 2021	2021/PAO21	
			Valor	%
Vendas e Serviços prestados	1.931.939	1.975.786	-43.847	-2,2%
Vendas de livros	1.877	3.500	-1.623	-46,4%
Quotas	1.202.329	1.191.386	10.943	0,9%
Formação	379.107	342.000	37.107	10,8%
Curso de preparação para ROC	174.794	189.000	-14.206	-7,5%
Estágio	47.880	51.800	-3.920	-7,6%
Inscrição em exames	77.410	174.200	-96.790	-55,6%
Outros emolumentos	48.543	23.900	24.643	103,1%
CMVMC	-431	-803	372	-46,3%
Fornecimentos e serviços externos	-869.078	-1.068.016	198.938	-18,6%
Honorários Formadores	-150.117	-147.139	-2.978	2,0%
Honorários CPROC	-76.211	-77.934	1.723	-2,2%
Honorários Controladores	-76.872	-100.619	23.747	-23,6%
Honorários Comissões	-85.287	-95.759	10.472	-10,9%
Honorários Juri exame	-34.811	-36.285	1.474	-4,1%
Departamento técnico	-22.460	-29.485	7.025	-23,8%
Assessores	-27.340	-84.021	56.681	-67,5%
Trabalhos especializados informática	-123.036	-113.452	-9.584	8,4%
Trabalhos especializados Revista	-22.510	-38.306	15.796	-41,2%
Trabalhos especializados Outros	-27.472	-47.016	19.544	-41,6%
Publicidade	-24.888	-10.000	-14.888	148,9%
Conservação e reparação	-10.891	-28.000	17.109	-61,1%
Condomínios	-45.309	-50.000	4.691	-9,4%
Materiais	-7.678	-24.500	16.822	-68,7%
Energia e fluídos	-15.288	-19.500	4.212	-21,6%
Deslocações e estadas	-55.039	-75.000	19.961	-26,6%
Coffee breaks	-225	-8.000	7.775	-97,2%
Comunicação	-21.990	-30.000	8.010	-26,7%
Rendas e alugueres	-12.792	-18.000	5.208	-28,9%
Limpeza, higiene e conforto	-10.354	-15.000	4.646	-31,0%
Outros gastos	-18.506	-20.000	1.494	-7,5%
Gastos com pessoal	-778.256	-799.277	21.021	-2,6%
Gastos com Órgãos Sociais	-143.825	-117.810	-26.015	22,1%
Gastos com Pessoal	-510.968	-532.810	21.842	-4,1%
Encargos sobre remunerações	-114.784	-135.475	20.691	-15,3%
Outros gastos com pessoal	-8.679	-13.182	4.503	-34,2%
Imparidade de dívidas a receber	-51.836	0	-51.836	
Provisões	68.376	0	68.376	
Outros rendimentos	41.145	95.150	-54.005	-56,8%
Multas Conselho Disciplinar	19.050	50.000	-30.950	-61,9%
Rendas obtidas	0	16.400	-16.400	-100,0%
Patrocínios	9.365	9.000	365	4,1%
Outros	12.730	19.750	-7.020	-35,5%
Outros gastos	-82.330	-97.772	15.442	-15,8%
Quotizações	-65.485	-82.992	17.507	-21,1%
Outros	-16.845	-14.780	-2.065	14,0%
Resultado antes de depreciações	259.529	105.068	154.089	146,7%
Depreciações	-69.803	-82.459	12.656	-15,3%
Resultado operacional	189.727	22.609	166.745	737,5%
Imposto sobre o rendimento do período	-2.188	0	-2.188	
Resultado líquido do exercício	187.539	22.609	168.933	747,2%

Na execução orçamental de 2021, salienta-se:



- O desvio favorável dos rendimentos provenientes da formação (39 mil euros) relacionado com o lançamento da Academia OROC não prevista em orçamento.
- O desvio desfavorável na inscrição em exames está relacionada com uma questão de estimativa e diferimento.
- O desvio favorável nos outros emolumentos está relacionado com a faturação do acompanhamento no Controlo de qualidade, atividade que não ocorreu em 2020 devido à Pandemia.
- O desvio favorável na rubrica de assessores está relacionado com o facto de terem sido previstos gastos com a secretária geral e apoio contabilístico entre outros, tendo os mesmos sido substituídos por gastos com pessoal durante o segundo semestre de 2021.
- O desvio desfavorável na rubrica de imparidade e provisões deve-se à impossibilidade de estimativa dos mesmos à data do orçamento.

No que respeita ao orçamento de investimentos apresenta uma realização muito reduzida, no valor de 8 mil euros face a uma previsão de 178 mil euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	2021	PAO 2021	Desvio	%
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Edifícios e outras construções (em curso)	0	24.600	-24.600	-100,0%
Equipamento tratamento de dados	0	0	0	
Equipamento administrativo	7.920	24.600	-16.680	-67,8%
Outros ativos fixos tangíveis	58	0	58	
Subtotal	7.978	49.200	-41.222	-83,8%
ATIVO INTANGÍVEL				
Prop. ind. e outros direitos	0	129.150	-129.150	-100,0%
Subtotal	0	129.150	-129.150	-100,0%
Total	7.978	178.350	-170.372	-95,5%



No exercício de 2021 adquiriu-se apenas equipamento informático diverso, sobretudo portáteis para permitir a realização de teletrabalho.

O orçamento de investimentos de intangíveis para 2021 estava relacionado com a renovação do Sistema de Informação da Ordem que estava previsto iniciar-se, em 2021, prevendo-se a sua concretização em 2022. No exercício corrente foi efetuado um levantamento da arquitetura e processos existentes, bem como dos requisitos técnicos e aplicacionais pretendidos, por consultores especializados.

No decurso de 2022, vai ser lançado o concurso público para a obtenção de propostas que satisfaçam a lista de requisitos levantados. Este projeto engloba a implementação de um novo ERP, a melhoria do CRM e das plataformas de suporte aos vários processos existentes na Ordem na sua interação com os seus membros.

li
Se
2



h
a
sc
z

9 | PERSPETIVAS FUTURAS

O Plano de Atividades e Orçamento para 2022, recentemente aprovado reflete o compromisso do Conselho Diretivo para o ano em curso.

Não obstante os constrangimentos que possam surgir e que possam merecer atenção, a retoma à normalidade parece ganhar algumas certezas na consciência de cada um de nós. Não obstante, num mundo em constante mudança e completamente imprevisível, deparamo-nos hoje com contingências de conflito na Ucrânia que não estavam no horizonte. Convictos, de que existirá uma solução no panorama internacional a breve trecho, é compromisso do Conselho Diretivo, tornar possível e assegurar a realização e boa execução do Plano de Atividades para 2022, sempre acompanhando as tendências do mundo em mutação.

Acima de tudo, o Conselho Diretivo continua convicto de que, apesar das dificuldades, a profissão continua a desempenhar um papel relevante na defesa dos valores, no reforço da credibilidade e da utilidade da informação financeira, bem como na melhoria da transparência, ajudando a criar um clima de maior estabilidade e maior confiança entre os agentes económicos.

No seguimento das decisões da Assembleia Representativa, o Conselho Diretivo vai promover em 2022 o desenvolvimento do Concurso Público para a realização do projeto de requalificação da Rua do Salitre.

Por forma a homenagear o Dr. Gastambide Fernandes, e dando cumprimento à sua vontade, foi ainda instituído o Prémio com o seu nome, que se destina a homenagear bienalmente, trabalhos originais em língua portuguesa, cuja temática seja desenvolvida no âmbito da Contabilidade Internacional quer na sua vertente da aplicação da contabilidade ou na sua vertente de auditoria.

De acordo com o seu Programa, o Conselho Diretivo pretende adicionalmente desenvolver durante o ano de 2022:

- Apoiar todos os membros, no sentido do incremento permanente da qualidade dos seus serviços prestados, numa relação de proximidade;



-Reforçar a importância do papel do auditor na atividade económica e na sociedade;

-Promover o incremento da qualidade do trabalho dos auditores;

-Promover um magistério de influência positiva sobre os responsáveis (Governo e Legisladores) para defender os objetivos da profissão;

- Valorizar a profissão através de honorários justos;

- Promover o alargamento do mercado;

Trabalhar por uma Ordem sustentável para a nossa profissão e seus membros e reforçar o reconhecimento e atuação desta nobre profissão.

Em suma, trabalhar sempre sob o lema “Uma Ordem para a Profissão, Uma Profissão para o País”.

Em 2022 a profissão de ROC celebra 50 anos - um marco na história desta Ordem. “Uma profissão para o País | 50 anos” será assim o tema do Congresso que assinala este marco histórico e onde se pretende dar a visibilidade e importância da Ordem para o País.



ka
82
2

10 | PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2021 no montante total de 187.539,01 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo seja transferido para resultados transitados.



f a
se

11 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

z

11.1 BALANÇO

11.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

**11.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS
PATRIMONIAIS**

11.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

11.5 ANEXO



11.1 BALANÇO

Balanço individual em 31 de Dezembro de 2021

unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	5.079.582,63	5.138.134,98
Ativos intangíveis	7	3.533,17	6.790,25
Outros investimentos financeiros	8	172.391,50	252.305,00
		5.255.507,30	5.397.230,23
Ativo corrente			
Inventários	9	18.539,60	18.630,99
Associados	10	151.232,23	183.122,27
Estado e outros entes públicos	11	1.992,16	2.404,83
Outros créditos a receber	10	14.598,63	58.188,15
Diferimentos	12	46.551,81	41.231,44
Caixa e depósitos bancários	4	1.008.136,46	721.344,61
		1.241.050,89	1.024.922,29
Total do ativo		6.496.558,19	6.422.152,52
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Resultados transitados	13	5.301.159,20	5.183.135,90
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	13	457.238,88	457.238,88
Resultado líquido do período	13	187.539,01	118.023,30
Total dos fundos patrimoniais		5.945.937,09	5.758.398,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	18.443,16	86.819,27
		18.443,16	86.819,27
Passivo corrente			
Fornecedores	10	59.341,22	75.923,93
Estado e outros entes públicos	11	29.633,06	41.509,30
Outras dívidas a pagar	10	380.802,98	368.327,51
Diferimentos	12	62.400,68	91.174,43
		532.177,94	576.935,17
Total do passivo		550.621,10	663.754,44
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.496.558,19	6.422.152,52



11.2 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	15	1.931.939,30	1.943.534,07
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(430,90)	(666,20)
Fornecimentos e serviços externos	16	(869.077,75)	(1.040.652,21)
Gastos com o pessoal	17	(778.256,08)	(730.085,40)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	(51.836,20)	3.369,06
Provisões (aumentos/reduções)	14	68.376,11	(2.334,29)
Outros rendimentos	18	41.145,25	120.407,71
Outros gastos	19	(82.330,34)	(107.333,83)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		259.529,39	186.238,91
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7	(69.802,88)	(66.868,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		189.726,51	119.370,31
Outros rendimentos e gastos financeiros	8		
Resultado antes de impostos		189.726,51	119.370,31
Imposto sobre o rendimento do período	11	(2.187,50)	(1.347,01)
Resultado líquido do período		187.539,01	118.023,30



11.3 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021

unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO 2021		5.183.135,90	457.238,88	118.023,30	5.758.398,08	5.758.398,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13	118.023,30		(118.023,30)		
		118.023,30		(118.023,30)		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				187.539,01	187.539,01	187.539,01
RESULTADO INTEGRAL				187.539,01	187.539,01	187.539,01
POSIÇÃO NO INÍCIO PERÍODO 2021	13	5.301.159,20	457.238,88	187.539,01	5.945.937,09	5.945.937,09

Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2020

unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		5.218.680,67	457.238,88	(35.544,77)	5.640.374,78	5.640.374,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais	13	(35.544,77)		35.544,77		
		(35.544,77)		35.544,77		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				118.023,30	118.023,30	118.023,30
RESULTADO INTEGRAL				118.023,30	118.023,30	118.023,30
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	13	5.183.135,90	457.238,88	118.023,30	5.758.398,08	5.758.398,08



ka
82
2

11.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração individual dos Fluxos de Caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021

unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.013.223,08	1.882.083,56
Pagamentos a fornecedores		1.024.334,70	1.051.527,33
Pagamentos ao pessoal		762.555,43	724.009,84
Caixa gerada pelas operações		226.332,95	106.546,39
Outros recebimentos/pagamentos		-9.009,43	4.144,43
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		217.323,52	110.690,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		7.920,06	36.675,55
Ativos intangíveis			8.288,70
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos		72.783,52	0,00
Juros e rendimentos similares		4.604,87	614,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		69.468,33	-44.350,24
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		286.791,85	66.340,58
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	721.344,61	655.004,03
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.008.136,46	721.344,61



Handwritten notes in blue ink: a large 'f' with a checkmark, 'OK', and a signature.

11.5 ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro e alterado pela Lei n.º 99-A/2021 de 31.12.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa, na Rua do Salitre n.º 51/53 e dispõe de Serviços Regionais no Norte, no Porto, sitos na Avenida da Boavista n.º 3477/3521.

Outras informações podem ser obtidas na página da internet www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: geral@oroc.pt.

2. Referencial Contabilístico

Aproveitando a faculdade prevista no art.º 9.º - E do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a OROC optou por aplicar, com as necessárias adaptações, o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em euros.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:



10
52
2

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)

A OROC reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A OROC não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que, com exceção dos seguro da atividade profissional (conforme divulgado na nota 4), nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade



As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2021 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foi derogada qualquer disposição tendo em vista a necessidade de demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo e dos resultados.

Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Todos os conteúdos constantes das contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com o período anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional



utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

- Ativos fixos tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

Edifícios – 50 anos

Mobiliário – 8 anos

Equipamento informático – 4 anos

Máquinas fotocopadoras – 5 anos

Outros equipamentos – 5 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de Ativos Fixos Tangíveis e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de Ativos Fixos Tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.



h
a
82
2

- Ativos intangíveis

À semelhança dos Ativos Fixos Tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Programas de computador – 3 anos

- Imposto sobre o rendimento

A OROC é uma pessoa coletiva pública isenta de IRC, exceto no que respeita a rendimentos de capitais e a rendimentos comerciais, industriais ou agrícolas, tal como são definidos para efeitos de IRS, ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 55º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Assim, no que respeita a rendimentos comerciais, encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), acrescendo ao valor de coleta apurado, a derrama, e as tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. As saídas de inventários são reconhecidas de acordo com o método do custo médio ponderado.

Sempre que o preço de mercado seja inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por



imparidade, a qual é reposta quando deixam de existir os motivos que a originaram.

- Instrumentos financeiros

- **Caixa e Depósitos Bancários** - inclui Caixa, Depósitos à Ordem e Outros Depósitos Bancários registados pelo valor nominal.
- **Outros Ativos Financeiros** - reconhecidos pelo custo amortizado ou pelo justo valor dependendo se têm ou não um retorno fixo ou determinável e se têm ou não maturidade definida.
- **Associados e Outros Valores a Receber** - As contas de "Associados" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas ao custo diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas em resultados por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.
- **Fornecedores e Outras Contas a Pagar** - As contas a Pagar a Fornecedores e Outros Credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Provisões

A OROC analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, o Conselho Diretivo procura sustentar as suas expetativas de perdas num ambiente de prudência.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Ordem.



ka
82
2

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito das atividades da Ordem é reconhecido como segue:

- Quotas – no período a que se refere a quotização;
- Ações de formação – no período em que a respetiva ação de formação decorre;
- Inscrições em exame – na data da realização do exame;
- Estágio – no período de estágio;

O rédito proveniente de aplicações de ativos financeiros é reconhecido nos resultados do período a que respeita tendo em conta o prazo das aplicações.



4. Fluxos de Caixa

Os movimentos e saldos das rubricas que compõem a caixa e seus equivalentes são os seguintes:

Descrição	31/12/2020	Débitos	Créditos	31/12/2021
Caixa	2.000,00	3.095,78	4.095,78	1.000,00
Depósitos à ordem	719.344,61	6.877.180,80	6.589.388,95	1.007.136,46
Total	721.344,61	6.880.276,58	6.593.484,73	1.008.136,46

Descrição	31/12/2019	Débitos	Créditos	31/12/2020
Caixa	1.999,99	3.534,15	3.534,14	2.000,00
Depósitos à ordem	653.004,04	4.304.059,34	4.237.718,77	719.344,61
Total	655.004,03	4.307.593,49	4.241.252,91	721.344,61

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

O saldo de depósitos à ordem inclui o valor de 319.903,10€ (Abanca) que constitui parte da herança deixada pelo Senhor Dr. Gastambide Fernandes.

Fluxos de Caixa relacionados com o Seguro de atividade Profissional

A Ordem procede anualmente à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Embora a Ordem seja o tomador de seguro, a responsabilidade coberta refere-se aos seus membros, por este facto, este fluxo não é reconhecido como rédito e gasto na Ordem.

O respetivo fluxo dos recebimentos e dos pagamentos dos valores relativos ao seguro da atividade profissional encontra-se espelhado, pelo líquido, na linha de "outros recebimentos e pagamentos", na Demonstração dos Fluxos de Caixa, e dada a sua expressão são apresentados de seguida:



f
a
e
a

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Seguro de Responsabilidade Civil		
Recebimentos referentes a seguro RCP	1.093.020	1.078.304
Entregas referentes a seguro RCP	1.096.114	1.080.108
Valor líquido	(3.093)	(1.804)

5. Políticas contabilísticas, alterações na estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2021 não se verificaram alterações das políticas contabilísticas utilizadas.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	31/12/2021
Valor bruto no início	584.224,65	2.749.865,02	59.700,00	801.227,53	79.783,97	2.229.429,16	6.504.230,33
Depreciações acumuladas		1.208.047,83	59.700,00	777.399,93	77.828,94		2.122.976,70
Saldo no início do período	584.224,65	1.541.817,19		23.827,60	1.955,03	2.986.310,51	5.138.134,98
Variações do período		(54.981,99)		(3.266,77)	(303,59)	0,00	(58.552,35)
Total de aumentos				7.920,06	58,42	0,00	7.978,48
Aquisições em Primeira mão				7.920,06	58,42	0,00	7.978,48
Total diminuições		(54.981,99)		11.186,83	362,01		(43.433,15)
Depreciações do período		(54.981,99)		11.186,83	362,01		(43.433,15)
Outras Diminuições					0,00		0,00
Transferências de AFT	0,00			0,00		0,00	0,00
Saldo no fim do período	584.224,65	1.486.835,20		20.560,83	1.651,44	2.986.310,51	5.079.582,63
Valor bruto no fim do período	1.325.956,70	1.541.817,19	59.700,00	809.147,59	79.842,39	2.986.310,51	6.802.774,38
Depreciações acumuladas no fim do período		(1.263.029,82)	59.700,00	(788.586,76)	(78.190,95)		(2.070.107,53)

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	31/12/2020
Valor bruto no início	1.325.956,70	2.749.865,02	59.700,00	782.353,79	80.120,36	2.229.429,16	7.227.425,03
Depreciações acumuladas		1.153.050,87	59.700,00	767.504,00	77.821,41		2.058.076,28
Saldo no início do período	1.325.956,70	1.596.814,15		14.849,79	2.298,95	2.229.429,16	5.169.348,75
Variações do período		(54.996,96)		8.977,81	(343,92)	756.881,35	(31.213,77)
Total de aumentos				18.873,74		15.149,30	34.023,04
Aquisições em Primeira mão				18.873,74		15.149,30	34.023,04
Total diminuições		54.996,96		9.990,76	343,92		65.331,64
Depreciações do período		54.604,13		9.990,76	7,53		64.602,42
Outras Diminuições		392,83			336,39		729,22
Transferências de AFT	(741.732,05)			94,83		741.732,05	94,83
Saldo no fim do período	584.224,65	1.541.817,19		23.827,60	1.955,03	2.986.310,51	5.138.134,98
Valor bruto no fim do período	584.224,65	2.749.865,02	59.700,00	801.227,53	79.783,97	2.986.310,51	7.261.111,68
Depreciações acumuladas no fim do período		1.208.047,83	59.700,00	777.399,93	77.828,94		2.122.976,70



f
80
2

Durante o ano de 2021, adquiriram-se Ativos Fixos Tangíveis no valor global de 7.978,48€ sendo maioritariamente equipamentos informáticos (computadores portáteis).

Ativos fixos tangíveis em curso

O valor dos Ativos Fixos Tangíveis em curso é constituído por duas frações e lugares de estacionamento no Edifício ARCIS, em Lisboa e uma sala contígua às atuais instalações do Porto, no valor global de 3 milhões de euros.

Os valores em 31 de dezembro de 2021 correspondem a:

Descrição	Lisboa	Porto	Total
Valor de Aquisição	2.674.154,53	312.155,98	2.986.310,51
Saldo no fim do período de 2020	2.674.154,53	312.155,98	2.986.310,51
Aquisições em Primeira mão	0,00		0,00
Saldo no fim do período de 2021	2.674.154,53	312.155,98	2.986.310,51

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis da OROC compreendem fundamentalmente programas de computador, e têm portanto, vida útil finita.



Descrição	Programas de computador	31/12/2021
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	353.909,01	353.909,01
Amortizações acumuladas totais no fim do período	350.375,84	350.375,84
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	353.909,01	353.909,01
Amortizações acumuladas	347.118,76	347.118,76
Saldo no início do período	6.790,25	6.790,25
Variações do período	0,00	0,00
Aquisições em primeira mão	0,00	0,00
Total de aumentos	0,00	0,00
Amortizações do período	3.257,08	3.257,08
Total diminuições	3.257,08	3.257,08
Outras Transferências	0,00	0,00
Saldo no final do período	3.533,17	3.533,17

Descrição	Programas de computador	31/12/2020
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS		
Valor bruto total no fim do período	353.909,01	353.909,01
Amortizações acumuladas totais no fim do período	347.118,76	347.118,76
VIDA ÚTIL DEFINIDA		
Valor bruto no início	345.620,31	345.620,31
Amortizações acumuladas	345.150,58	345.150,58
Saldo no início do período	469,73	469,73
Variações do período	6.022,52	6.022,52
Aquisições em primeira mão	8.288,70	8.288,70
Total de aumentos	8.288,70	8.288,70
Amortizações do período	2.266,18	2.266,18
Total diminuições	2.266,18	2.266,18
Outras Transferências	298,00	298,00
Saldo no final do período	6.790,25	6.790,25

8. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros apresentam-se repartidos por entidade bancária e por tipologia conforme quadro seguinte:



Handwritten notes in blue ink: "K", "82", "01", and a signature.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Brisa Concessão 1,875% 30-04-2025	96.500,00	96.500,00
Obrigações do Tesouro 2,875% 15/10/2025	55.650,00	55.650,00
Obrigações do Tesouro 3,85% 15/04/2021	0,00	60.155,00
ABANCA	152.150,00	212.305,00
PTOTVMOE Portugal (Divida Soberana)	20.000,00	20.000,00
BIG	20.000,00	20.000,00
OTRV AGO 2021	0,00	20.000,00
BCP	0,00	20.000,00
Fundos de compensação	241,50	0,00
Fundos de compensação	241,50	0,00
Total	172.391,50	252.305,00

Os títulos depositados na Abanca resultam da herança deixada pelo Senhor Dr. Gastambide Fernandes à OROC.

9. Inventários

Os inventários são constituídos por livros técnicos (Guia de Aplicação das ISA's; International Audit Board Normas I, II, III; Manual das NICs para o Sector Público), que apresentaram o seguinte movimento durante o período em análise:



Descrição	31/12/2021	31/12/2020
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS		
Inventários iniciais	18.630,99	24.164,20
Compras	0,00	0,00
Reclassificação e regularização de inventários e ofertas	339,51	(4.867,01)
Inventários finais	18.539,60	18.630,99
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	430,90	666,20

10. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos e passivos financeiros e respectivas perdas por imparidade apresentam a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perda por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perda por imparidade acumuladas	Total
Ativos Financeiros						
Caixa e Bancos						
Caixa	1.000,00		1.000,00	2.000,00		2.000,00
Bancos	1.007.136,46		1.007.136,46	719.344,61		719.344,61
Total	1.008.136,46	0,00	1.008.136,46	721.344,61	0,00	721.344,61
Associados						
ROC's	108.881,45	63.821,71	45.059,74	103.507,14	11.523,10	91.984,04
SROC's	106.172,49	0,00	106.172,49	91.600,65	462,42	91.138,23
Total	215.053,94	63.821,71	151.232,23	195.107,79	11.985,52	183.122,27
Outras Contas a Receber						
Outros Devedores	13.839,69		13.839,69	55.639,50		55.639,50
Adiantamentos ao pessoal	758,94		758,94	2.548,65		2.548,65
Total	14.598,63	0,00	14.598,63	58.188,15	0,00	58.188,15
Passivos Financeiros						
Fornecedores						
Fornecedores	59.341,22		59.341,22	75.923,93		75.923,93
Total	59.341,22	0,00	59.341,22	75.923,93	0,00	75.923,93
Outras Contas a pagar						
Outros Credores	23.555,44		23.555,44	66.044,02		66.044,02
Remunerações Órgãos	163,72		163,72	220,02		220,02
Fornecedores de investimentos	5.077,44		5.077,44	0,00		0,00
Credores por acréscimos de gastos	352.006,38		352.006,38	302.063,47		302.063,47
Total	380.802,98	0,00	380.802,98	368.327,51	0,00	368.327,51

Durante o ano de 2021, o movimento na rubrica de imparidade foi, conforme detalhe o seguinte:



Handwritten notes in blue ink: "K", "Q", "S", and "Z".

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período
Dívidas a receber de clientes	52.020,34	184,14	51.836,20
Total	52.020,34	184,14	51.836,20

Considerando a antiguidade de saldos e a situação dos devedores, sem prejuízo da manutenção do esforço de cobrança e por uma questão de prudência foi reforçada a imparidade em cerca de 52 mil euros.

A conta de credores por acréscimo de gastos apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a Liquidar	86.700,44	84.102,63
Júri de exame	9.881,94	5.995,56
CPROC	21.784,40	3.075,00
Formação contínua	15.247,10	6.887,43
Controlo de qualidade	102.231,01	109.383,50
Órgãos estatutários	20.307,19	14.388,16
Comissão de estágio	48.437,40	15.298,73
Outras comissões e grupos trabalho	3.737,80	3.560,70
Outros	43.679,10	59.371,76
Total	352.006,38	302.063,47

A rubrica "Outros" é referente aos gastos correntes tais como eletricidade, serviços informáticos, comunicações, água, outros honorários e entidades contratantes.

11. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:



sc
k
a
Z

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		663,23	167,85	
Retenção de impostos sobre rendimentos		12.059,38		25.085,16
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1.992,16		2.236,98	
Contribuições para a Segurança Social		16.910,45		16.424,14
Total	1.992,16	29.633,06	2.404,83	41.509,30

Em termos de imposto sobre o rendimento do exercício:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Apuramento Imposto		
Coleta (Juros Recebidos)	0,00	6.059,42
Taxa IRC 21%	0,00	1.272,48
Base Tributação Autónoma	14.417,65	745,28
Tributação Autónoma	2.187,50	74,53
Total imposto	2.187,50	1.347,01
Retenção na Fonte Juros	1.524,27	1.514,86
Total a pagar a (receber)	663,23	(167,85)

12. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo – Gastos a reconhecer		
Outros	46.551,81	41.231,44
Total	46.551,81	41.231,44
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
CPROC	6.075,00	6.075,00
Estágio	0,00	59.261,40
Inscrição no exame	25.160,00	0,00
Outros	31.165,68	25.838,03
Total	62.400,68	91.174,43



A rubrica Outros, no ativo, corresponde ao diferimento de gastos diversos, nomeadamente PEPDATA, PETAPILOT e Claranet.

No passivo, na rubrica Outros, está incluída uma verba afeta ao prémio de auditoria Dr. Gastambide Fernandes.

13. Fundos patrimoniais

Os movimentos ocorridos durante o ano, na rubrica de fundos patrimoniais, foram apenas os resultados do exercício de 2020 e 2021, conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2020	Aumentos	Diminuições	31/12/2021
Fundos Patrimoniais				
Resultados transitados	5.183.135,90	118.023,30		5.301.159,20
Doações	457.238,88			457.238,88
Resultado Líquido do Exercício	118.023,30	187.539,01	118.023,30	187.539,01
Total	5.758.398,08	305.562,31	118.023,30	5.945.937,09

Na rubrica doações foi registada, no exercício de 2015, a herança que o Senhor Dr. Gastambide Fernandes deixou à Ordem. O montante total recebido pela Ordem é objeto de aplicações financeiras específicas (vidé nota 4 e nota 8) e o rendimento respetivo será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do doador.

14. Provisões

A conta de provisões regista o valor das devoluções de retenções de IRC referentes aos juros de aplicações financeiras:



Handwritten notes in blue ink: 'f' with a vertical line, 'or', and a signature-like mark.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
MOVIMENTOS DAS PROVISÕES		
Saldo no início do período	86.819,27	84.484,98
Variações no período	(68.376,11)	2.334,29
Aumentos do período	0,00	2.334,29
Reforço	0,00	2.334,29
Diminuições do período	68.376,11	0,00
Reversões	68.376,11	0,00
Saldo no fim do período	18.443,16	86.819,27

A reversão efetuada no exercício respeita à anulação dos reembolsos de IRC (retenções referentes a juros de aplicações financeiras) de 2012 a 2016, em função da sua não aplicabilidade.

15. Vendas e prestações de serviços

O réditto reconhecido no período foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de livros	1.877,36	3.330,12
Prestação de serviços	1.930.061,94	1.940.203,95
Quotas emitidas	1.202.328,98	1.181.344,48
Formação Contínua	379.106,50	343.615,00
CPROC	174.793,71	175.253,50
Exame	6.790,00	440,00
Estágio	47.880,00	60.594,80
C. Q. Acompanhamento	30.000,00	0,00
Inscrições Exame	70.620,00	158.840,00
Outros	18.542,75	20.116,17
Total	1.931.939,30	1.943.534,07

16. Fornecimentos e Serviços Externos

Os gastos com fornecimentos e serviços externos têm a seguinte repartição por natureza:



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços especializados	728.008,33	867.366,32
Trabalhos especializados	173.018,94	181.103,49
Publicidade e propaganda	24.887,82	3.019,05
Vigilância e segurança	804,12	2.246,88
Honorários	473.097,75	583.457,94
Conservação e reparação	10.891,10	47.850,09
Condomínios	45.308,60	49.688,87
Materiais	7.678,29	34.577,02
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	335,00	1.015,54
Livros e documentação técnica	286,36	2.557,50
Material de escritório	5.932,71	18.925,52
Artigos para oferta	887,95	5.994,20
Outros	236,27	6.084,26
Energia e fluidos	15.287,95	16.175,43
Electricidade	12.090,26	13.318,35
Combustíveis	0,00	205,00
Água	3.197,69	2.652,08
Deslocações, estadas e transportes	55.039,21	42.791,70
Deslocações e estadas	54.448,35	39.840,82
Transportes de pessoal	93,35	120,00
Transportes de mercadorias	497,51	2.830,88
Serviços diversos	63.063,97	79.741,74
Rendas e alugueres	12.792,42	16.810,32
Comunicação	21.989,87	28.002,76
Seguros	6.133,87	4.913,15
Contencioso e notariado	4.786,70	813,90
Despesas de representação	497,00	745,28
Limpeza, higiene e conforto	10.354,23	15.363,36
Outros serviços	6.509,88	13.092,97
Total	869.077,75	1.040.652,21

h
82 ON
z



Relativamente aos serviços especializados, os mesmos detalham-se conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhos especializados	173.018,94	181.103,49
Informática	123.036,19	100.702,57
Pareceres Técnicos	3.075,00	5.412,00
Gráficas	22.510,30	28.186,54
Outros	24.397,45	46.802,38
Publicidade	24.887,82	3019,05
Honorários	473.097,75	583.457,94
Honorários Formadores	226.327,15	253.382,26
Formação Contínua	150.116,65	174.608,36
CPROC	76.210,50	78.773,90
Honorários Comissões Estatutárias	246.770,60	330.075,68
C. Qualidade	40.829,80	30.598,70
C. Formação	8.338,00	2.841,30
C. Inscrição	7.467,90	8.618,50
C. Estágio	21.148,68	28.407,50
C. Técnicas	1.894,20	4.684,90
Júri Exame	34.811,32	28.013,81
Controladores Relatores	76.872,00	94.174,57
Conselho Redacção R&A	3.520,00	3.410,00
Departamento Técnico	22.459,80	38.720,00
Assessores	27.340,00	84.796,20
Com. Téc. e Grupo Trabalho	2.088,90	5.810,20
Conservação e Reparação	10.891,10	47.850,09
Edifícios	1.726,92	34.746,70
Equip. Administrativo	1.356,31	2.812,33
Automóvel	31,49	2.824,16
Outros	7.776,38	7.466,90
Condomínios	45.308,60	49.688,87
Jean Monet	1.432,68	1.422,36
Sec. Reg. Norte	13.398,88	13.398,88
Ivone Silva (ARCIS)	30.477,04	34.867,63
Outros	804,12	2.246,88
Total	728.008,33	867.366,32

As principais variações nos Fornecimentos e Serviços Externos:

- Redução do valor de honorários, relacionada sobretudo com a alteração de imputação dos gastos dos membros do Conselho Diretivo afetos às comissões técnicas que eram imputados a Fornecimentos e Serviços



Externos – departamento técnico e em 2021 passaram a ser na totalidade imputados a gastos de órgãos sociais. Adicionalmente, os gastos com a secretária geral e apoio contabilístico, que foram substituídas por gastos com pessoal no segundo semestre de 2021;

- O aparente aumento de gastos Publicidade, refere-se na verdade a uma reclassificação da rubrica face a 2020: estes gastos eram registados em trabalhos especializados, na rubrica outros.
- A redução do valor de conservação e reparação está relacionado com o facto de em 2020 terem sido registados gastos extra com conservação do edifício ARCIS.

17. Gastos com Pessoal

Os gastos com pessoal não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Gastos com o pessoal	778.256,08	730.085,40
Remunerações dos órgãos estatutários	143.825,28	105.401,62
Remunerações do pessoal	510.967,76	502.905,43
Encargos sobre as remunerações	114.783,75	113.490,01
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	4.419,73	3.633,22
Outros gastos com o pessoal	4.259,56	4.655,12
Número médio de pessoas ao serviço	24	25

Os Órgãos Estatutários são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Estatutários não auferem remuneração, sendo atribuídas a título de compensação, senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:



Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Remunerações dos órgãos estatutários		
Assembleia Representativa	15.338,40	14.366,00
Conselho Superior	4.213,00	5.007,20
Conselho Diretivo	85.470,00	36.687,20
Conselho Disciplinar	13.530,00	29.713,20
Conselho Fiscal	845,90	1.210,00
Encargos	24.427,98	18.418,02
Total	143.825,28	105.401,62

O incremento dos gastos do Conselho Diretivo está relacionado com uma alteração de imputação dos gastos face ao exercício anterior: os gastos dos membros do Conselho Diretivo afetos às comissões técnicas eram imputados a Fornecimentos e Serviços Externos – departamento técnico e comissões técnicas. Este valor ascendeu a 44 mil euros em 2020.

18. Outros rendimentos

Os outros rendimentos incorridos durante o ano de 2021 são detalhados como se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros Rendimentos		
Rendimentos suplementares	9.365,00	15.637,21
Rendimentos ganhos em inventários	991,62	0,00
Rendimentos e ganhos em ativos financeiros	5.642,32	6.059,42
Rendimentos e ganhos em ativos não financeiros	0,00	6.295,50
Correções relativas a períodos anteriores	5.444,17	10.691,58
Multas Conselho Disciplinar	19.050,00	81.700,00
Outros	652,14	24,00
Total	41.145,25	120.407,71

A Redução de coimas está relacionada com redução do valor das coimas que transitaram em julgado (menos 63 mil euros do que em 2020).



f O
se
2

19. Outros Gastos

Os outros gastos incorridos durante o ano de 2021 são detalhados como se segue:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Outros Gastos e Perdas		
Quotizações	65.485,25	82.828,04
IFAC - International Federation of Accountants	19.466,25	27.797,04
CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2.500,00	2.500,00
FEE - Federation des Experts Comptables Europeens	43.019,00	52.031,00
ICAEW - Institute Of Chartered Accountants in Eng.	500,00	500,00
Correções períodos anteriores	4.677,37	5.706,23
Outros	12.136,73	18.799,56
Total	82.299,35	107.333,83

20. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo conselho diretivo e autorizadas para emissão em 17 de março de 2022.

Não se verificaram acontecimentos ou factos relevantes, após a data de autorização de emissão, que requeiram ajustamentos aos saldos ou divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

No entanto, assinalamos o facto de ter sido aprovada em Assembleia Representativa, no passado dia 10 de março, a venda do património no edifício ARCIS.

21. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

Impostos em mora

A OROC apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados. Não existe qualquer acordo de regularização de dívidas em vigor.



F O
Se
a

Dívidas à Segurança Social em mora

A OROC apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados. Não existe qualquer acordo de regularização de dívidas em vigor.

Honorários

Os honorários do Revisor Oficial de Contas ascenderam a 3.690€, com iva incluído, em 2021 e em 2020.

22. Fundo de Pensões

O saldo das contribuições efetuadas pela OROC para o fundo de pensões dos Revisores Oficiais de Contas foram as seguintes:

Descrição	Quantia
Contribuições	955.406
Exercício de 2004, entregue em 2005	99.981
Exercício de 2005, entregue em 2006	123.000
Exercício de 2006, entregue em 2007	120.000
Exercício de 2007, entregue em 2008	121.500
Exercício de 2008, entregue em 2008	100.000
Exercício de 2008, entregue em 2010 (a)	124.253
Exercício de 2009, entregue em 2010	115.000
Exercícios de 2011 e 2012, entregue em 2015 (b)	151.672

23. COVID-19

O exercício foi ainda marcado pela pandemia COVID-19, pelo que houve necessidade de manter o plano de contingência ativo, de modo a garantir a proteção da saúde dos seus profissionais, associados e parceiros.

Em termos de principais efeitos podem ser resumidos do seguinte modo:

- A maior parte das reuniões dos órgãos sociais e comissões técnicas decorreram online. Houve diversos períodos, em que parte dos



Handwritten signature in blue ink.

funcionários prestaram o trabalho em regime de teletrabalho.

- Em termos de rendimento, quer ao nível da formação quer ao nível do CPROC, os mesmos continuaram a ser assegurados através das plataformas de formação online. Apesar de o preço unitário das formações se manter com o desconto de 20%, conforme definido, verificou-se a manutenção dos níveis de formação.
- Em relação aos gastos, manteve-se a o menor nível de gastos com deslocações e estadas, uma vez que não houve lugar a deslocações dos formadores e coffee breaks.

Apesar destes impactos, o Conselho Diretivo considera, que estas circunstâncias excecionais não colocam em causa, de modo alguma continuidade das operações da Ordem.

Lisboa, 17 de março de 2022

Presidente Conselho Diretivo

Handwritten signature of Fernando Virgílio Macedo in blue ink.

Fernando Virgílio Macedo (Roc nº959)

Vice-presidente

Handwritten signature of Rui Pinho in blue ink.

Rui Pinho (Roc nº989)

Vogal

Handwritten signature of Saskia Lopes in blue ink.

Saskia Lopes (Roc nº1292)



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

f

Vogal

Mário Freire (Roc nº1084)

Vogal

Assinado por: **Rui Manuel da Cunha Vieira**
Num. de identificação: 10103046
Data: 2022.03.23 16:02:17+00'00'

Rui Vieira (Roc nº1154)



CHAVE MÓVEL

Vogal

Célia Custódio (Roc nº1286)

Vogal

Patrícia Caldinha (Roc nº1353)



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

ANEXOS



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade · Independência · Competência

ANEXO I

Certificação Legal de Contas



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176 * CMVM nº 20161478

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 6.496.558,19 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.945.937,09 euros, incluindo um resultado líquido de 187.539,01 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Ordem dos Revisores Oficiais de Contas** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Megalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821 777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Sede
Rua Batalha Reis, N.º 81 – 2.º Andar
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227 303 * Fax: 271 227304
Email: vsroc@mei.telepac.pt

Delegação Viseu
Rua Arrabalde Lote 1, R/C, Letra C
3510 – 084 VISEU
Tel: 232 435 277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C. nº 176* CMVM nº 20161478

- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176* CMVM nº 20161478

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Coimbra, 23 de março de 2022

Bruno José Machado Almeida

Em representação de:

Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade Independência Competência.

ANEXO II

Relatório do CF

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com a legislação em vigor e nos termos estatutários, apresentamos o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e o Relatório de Gestão e Contas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("Ordem"), relativo ao exercício económico de 2021, findo em 31 de Dezembro, cuja elaboração é da competência do Conselho Diretivo.

No decurso do ano de 2021, o Conselho Fiscal reuniu 5 vezes. Acompanhamos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normative legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho Diretivo e dos serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções examinamos as contas da Ordem que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021, as demonstrações dos resultados por natureza, das alterações dos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data, bem como o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de atividades no ano de 2021 preparado pelo Conselho Diretivo e da proposta de aplicação de resultados nele incluída.

Apreciamos igualmente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida pelo colega Revisor Oficial de Contas, Vogal deste Conselho, que não contém reservas e merece o nosso acordo.

Face ao exposto somos do parecer que o Relatório e Contas supra referido, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas pela Assembleia Representativa.

Lisboa, 24 de Março de 2022



Presidente - Maria Rosário Libano Monteiro



Vogal - José Fernando Moraes Carreira de Araújo


Vogal e ROC - Bruno José Machado de Almeida